



**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Com 18 Vereadores presentes, há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa às quais estão sendo distribuídas às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, bem como às respectivas assessorias, através dos aplicativos de mensagens.

Apregoo também diversos requerimentos solicitando o desarquivamento de proposições, cuja lista também está distribuída da mesma forma acima mencionada.

Apregoo justificativa de falta do Ver. Jonas Reis, no dia 19 de maio de 2025, às 14h, em Porto Alegre - Reunião da Secretaria Municipal de Educação. (SEI nº 210.00346/2025-26)

Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 19 de maio de 2025.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 19 ao dia 25 de maio.

Informo que o suplente Yuri Ferrer apresentou a documentação legalmente exigida e solicitamos que preste o compromisso legal.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Informo que o suplente Yuri Ferrer já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Yuri Ferrer prestará a seguir.

**VEREADOR YURI FERRER (PDT):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo."  
(Palmas.)



**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Declaro empossado o Ver. Yuri Ferrer. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver. Yuri Ferrer, e V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

Vereador, como o senhor está tomando posse pela primeira vez, o senhor tem o uso da palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

**VEREADOR YURI FERRER (PDT):** Eu ia começar saudando a Presidente Comandante Nádia, eu não sabia que não era ela que estaria aqui hoje. Comandante com quem eu já ombreei uma luta comunitária, onde nós saímos muito exitosos. Ainda que com algum distanciamento ideológico, a gente trabalhou pelo bem comum e foi muito proveitoso.

Quero começar dizendo que é uma honra estar aqui hoje, e é uma das várias honras. Honra de saber que eu estou retribuindo um pouco do orgulho que eu sinto da minha família, da minha esposa, Patrícia; da minha filha, Joana Ferrer; dos meus pais, por serem todos eles responsáveis diretos pela construção do homem que eu sou hoje. A gigantesca honra de estar aqui representando uma sigla de uma das maiores personalidades políticas da história deste País e da América Latina chamada Leonel de Moura Brizola. (Palmas.) Mas a principal de todas, a honra de estar aqui representando um fio de esperança para uma parcela da nossa população que depositou em mim o seu voto de confiança, em especial os mais simples, os mais humildes, os desamparados. A eles, a minha eterna gratidão pelo dia de hoje, o meu mais profundo respeito e a minha especial atenção enquanto eu estiver por aqui.

Encerro agradecendo ao nosso Presidente Municipal José Vecchio, ao deputado Luiz Marengo, à companheira Juliana Brizola, ao grupão do Grêmio, em especial o Ver. Márcio Bins Ely e o companheiro Enio Kaufmann, responsáveis diretos pelo dia de hoje.

Um abraço aos amigos que vieram prestigiar este momento, aos meus colegas do Corpo de Bombeiros Voluntários do Eldorado do Sul, aos meus colegas do Instituto Federal de Educação. E eu gostaria de citar todos, mas eu não vou conseguir, então eu vou pedir licença para citar três: Briance, Lucas e



Giacomini. Nós escolhemos um desafio compatível com o tamanho que teremos após fazermos o que temos que fazer.

E eu vou encerrar parafraseando o Chico Science: Modernizar o passado é uma revolução social. As ideias que um dia estiveram aqui soam em nossos ouvidos. Viva Getúlio! Viva Collares! Viva Darcy! Viva Miguelina! Viva Vecchio! Viva Jango! Viva Leonel! Eu tenho certeza de que, assim como nós, eles também sonharam um dia. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Parabéns, vereador. Muito obrigada.

A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O Ver. Gustavo Almansa, do PT de Cachoeirinha, está presente na Casa. Seja muito bem-vindo, vereador.

A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA PSICÓLGA TANISE SABINO (MDB):** Boa tarde a todos, quero saudar a nossa Presidente em exercício, a Mariana Lescano, demais colegas, público que nos assiste. Hoje subo a esta tribuna porque nós estamos, no mês de maio, completando um ano das enchentes do Rio Grande do Sul, a maior enchente da nossa história. Eu digo que o Rio Grande do Sul nunca mais vai ser o mesmo depois dessa enchente, que teve um impacto econômico, teve um impacto social, estrutural, habitacional e também um impacto psicológico. Dados da Defesa Civil do Rio Grande do Sul mostram que as enchentes atingiram 2,4 milhões de pessoas em 96% do nosso Estado, com 184 mortes e 806 feridos. No pior momento das enchentes, foram 80 mil pessoas em abrigos, de acordo com esses dados oficiais. Ainda hoje, quase 400 pessoas ainda estão vivendo em abrigos. Além dessas perdas materiais, como perdas de casa, espaços comunitários, escolas, igrejas, hospitais, trabalho, ainda existem as perdas familiares, as perdas de amigos, de *pets*, de animais, e tudo



isso pode impactar com certeza a curto, médio e longo prazo na saúde mental das pessoas. É claro que algumas reações são normais e esperadas, como uma própria preocupação, quem sabe um pouco de angústia, tristeza, medo, choro, uma preocupação com o futuro, mas a experiência de passar por uma enchente é assustadora e para muitos pode ser traumática. Então essa incerteza e o medo durante esse evento combinados com o choque e o luto após essa destruição criam um terreno fértil para o desenvolvimento de problemas na área da saúde mental. Pessoas que já têm problemas ou transtornos pré-existentes na área da saúde mental são ainda mais vulneráveis a esses impactos. Os estudos apontam que esses desastres climáticos podem aumentar a questão da prevalência de transtornos mentais, como o transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, entre outros. Então quero compartilhar que ontem nós tivemos uma reunião pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a qual eu faço parte, integro, sou Presidente desta comissão, e nós encaminhamos uma pauta de minha autoria, cujo tema foi o impacto na saúde mental após um ano das enchentes. Foi um momento muito importante para colocarmos a pauta da saúde mental na agenda da cidade. Nós convidamos o professor, psicólogo Christian Haag Kristensen, da PUC, e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse - NEPTE; convidamos a Dra. Ana Tietzmann, que é médica psiquiatra e presidente da Associação de Psiquiatria, que falou também sobre a ecopsiquiatria; e convidamos também a Dra. Simone Hauck, médica psiquiatra e professora do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, juntamente com seu aluno Santiago Diefenthaler, para apresentar uma pesquisa da UFRGS intitulada O Impacto da Catástrofe Climática de 2024 na Saúde Mental dos Moradores do Rio Grande do Sul. Os convidados da UFRGS não puderam estar presentes, mas eles encaminharam um vídeo especial para esse momento, que foi transmitido nessa reunião. Convidamos também a Secretaria Municipal da Saúde. Ficou evidente nessa reunião que, sim, tem impactos na saúde mental, mas a boa notícia é que, de acordo com esses estudos, grande parte, a maior parte da população passa por esses eventos traumáticos sem



desenvolver transtornos mentais agudos e persistentes. Mesmo assim, a gente precisa olhar para as pessoas que estão sofrendo com esses transtornos e procurar ajudar de alguma forma. Nesse sentido, na condição de vereadora, eu destinei uma emenda parlamentar de R\$ 150 mil para a PUC, que vai reabrir esse serviço de emergência psicológica a partir de agosto e vai passar a atender 200 pessoas por mês, exclusivamente as que foram afetadas pelas enchentes, através da regulação do Município. Foi trazido também pela COSMAM que nós precisamos capacitar os profissionais nas situações de emergência psicológica. Nesse sentido, eu quero compartilhar que, no ano passado, no dia 24 de junho, eu entreguei para o senador Ireneu Orth, que estava assumindo no lugar do senador Heinze, um ofício solicitando uma alteração na estrutura curricular, na matriz curricular dos cursos de psicologia, para ter uma disciplina que aborde a questão de desastres, de como lidar com crises e emergências. Durante as enchentes, eu também estive na linha de frente, na organização do trabalho de voluntários, psicólogos nos abrigos. Outra iniciativa que eu quero compartilhar também, que é uma iniciativa da PUCRS, que é o Test4 Hope. Test4 Hope, que é um programa canadense, em parceria com a Mental Health Foundation, que oferece um apoio psicológico. É um programa que é simples, acessível e eficaz, através do envio de mensagens para as pessoas que solicitam esse cadastramento e que pode reduzir em até 25% os transtornos de ansiedade e depressão.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):** Para finalizar, outra questão que eu queria compartilhar, que o professor Christian relatou nessa reunião, sobre o furacão Katrina, em New Orleans, que eles apresentaram dados de saúde mental antes desse furacão e depois do furacão. E aqui nós precisamos muito trabalhar nesse sentido de ter dados confiáveis, por isso que nós encaminhamos um projeto de lei que já foi aprovado nesta Casa, que é o ObservaPOA-PSI. Dessa forma, a gente pode categorizar mais esses dados.



Então, para finalizar, Presidente, eu quero dizer que, na condição de psicóloga também desta Casa, vereadora e psicóloga, a saúde mental, sim, é muito importante e precisamos ter ferramentas, estratégias e políticas públicas na área da saúde mental. O bem-estar psicológico é essencial e é importante para todos nós. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora. Algum vereador gostaria de se inscrever para o tempo de liderança? Vamos aguardar um pouquinho. (Pausa.) Vereadores, nós temos que abrir a Ordem do Dia.

A Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Boa tarde, Presidente Mariana Lescano; boa tarde, Vossas Excelências. Eu quero aqui ocupar os cinco minutos falando dos absurdos da gestão pública de Porto Alegre. Vocês sabem que hoje o prefeito, num ato covarde, apresentou um projeto de concessão, não, de privatização do DMAE às portas fechadas, com parte da sua base aliada, porque não foi a base toda. Apresentou porque ele tem medo de apresentar aqui no plenário. Apresentou lá porque não tem capacidade política de assumir que ele está entregando uma autarquia que tem superávit primário em Porto Alegre! Ele não tem coragem de vir aqui. Este é o governo Sebastião Melo. Aliás, a direita toda faz isso, eles nunca apresentam publicamente para o povo a disputa real de sociedade que querem fazer. E quero dizer a vocês: dia 5 de junho, nós vamos instalar a CPI que vai investigar os casos, o desmonte de corrupção do DMAE, e vai botar gente na cadeia, porque roubaram da autarquia pública. Nós temos mais do que provas; nós temos pessoas que vão vir depor e constituir nesta Casa uma linha justa e política com o povo de Porto Alegre.

Eles não falam, e o prefeito não falou para a imprensa, a imprensa que se faz presente, eles não disseram que a tarifa de água, povo de Porto Alegre, vai aumentar. Não só vai aumentar, como a tarifa de Porto Alegre será muito mais cara. O serviço não vai chegar, porque a Sabesp foi privatizada, e não



aconteceu absolutamente nada além de aumento nas contas e o abandono. Sabe por quê? Empresa privada só visa lucro, não visa bem-estar social. Isso é uma falácia neoliberal que eles tentam implementar em Porto Alegre.

Perguntem para os vereadores da base do governo Melo: qual é o serviço que a Equatorial, aquele grupo que comprou a CEEE, o grupo Equatorial... Porque não é CEEE; a CEEE era boa, era estatal, era do povo. A Equatorial é uma empresa privada, que hoje tem fio jogado pela cidade. As cidades ficam semanas, meses sem luz. O que mudou? O que mudou? Será que essa experiência de privatização de setores que dão lucro serve para que a gente faça com que o DMAE seja entregue? O povo de Porto Alegre quer seguir sem água, senhoras e senhores vereadores? Vocês não têm pena dos pobres nas periferias, das cozinhas solidárias, das mães solo, de criança que não toma banho, porque o DMAE está sendo desmontado com uma agenda do Sebastião Melo. Vocês não têm pena do povo. Aliás, se tivessem pena do povo, renunciariam, sairiam da Prefeitura, porque não servem para fazer gestão. Estão lá operando para um bando de empresários que são sanguessugas, parasitas do poder público, porque roubam o cofre público e não investem em nada.

Capital privado! Capital privado para vocês que estão na galeria. Sabem o que é capital privado que eles chamam? Dinheiro do BNDES, é do governo federal, é banco estatal, que faz com que a privatização deles seja continuada, porque eles não têm capacidade de investimento. Não se enganem, não se enganem. Nós, com a CPI e contra o desmonte do DMAE, vamos botar esse projeto de concessão à luz dos fatos em Porto Alegre. Nós sabemos e vocês sabem que o ex-diretor recebeu propina abertamente; isso está no Ministério Público, e ele tem envolvimento direto com essa gestão. Vamos revelar aqui, assim como foi na CPI da Educação – que foi a Mari Pimentel quem fez e presidiu –, nós, da CPI contra o desmonte do DMAE, vamos revelar o roubo à autarquia pública. E nós, do PT, não vamos permitir, o DMAE é do povo, é público e seguirá sendo. Muito obrigada.



**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora.

O Ver. Yuri Ferrer está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

Ver.<sup>a</sup> Natasha.

(Manifestações nas galerias.)

**Vereadora Natasha Ferreira (PT):** Presidente Mariana Lescano, quero anunciar publicamente que no dia 5 de junho, nós vamos instalar a CPI que vai investigar o desmonte do DMAE. A partir do dia 5, nós teremos mais de 3 meses em que vamos escutar diretamente ex-diretores que receberam propina e roubaram dinheiro público.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Positivo, está informado.

O Ver. Yuri Ferrer está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR YURI FERRER (PDT):** Eu vou tentar ser um pouco breve também sobre a questão da pauta do DMAE. Sei que há divergências, muitas vezes internas, mas, da minha parte, eu gostaria de reforçar com o pessoal que o PDT, enquanto eu puder falar por ele, é a favor do DMAE 100% público, 100%. Os CIEPs não eram conveniados. Os CIEPs completaram 40 anos recentemente e foram a maior revolução educacional que existiu no País e que foi esquecida. A educação e a água não são mercadorias. Nós não queremos a Equatorial das águas. De forma bem objetiva, não queremos mais uma Equatorial, a Equatorial da água. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente em exercício, Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença aqui; inclusive, minha companheira querida, Neiva Inês Lazzarotto, inclusive,



na pessoa de quem cumprimento as e os demais. Nós vivemos um momento dramático na cidade de Porto Alegre, por vários motivos. Não é à toa que Porto Alegre vem, além da enchente que atingiu todo o Estado, há fatores trágicos, e, do ponto de vista legal, passam pela área do crime, que são apenas da capital. Por exemplo, a área da educação. É um escândalo o que houve na educação. Um escândalo. Eu não vou nem pormenorizar aqui, mas todos sabem o que aconteceu. Uma outra área que o governo dizia que tinha que terceirizar, e eu presido uma CPI nesse sentido, e há grandes vereadores trabalhando na CPI, é das Pousadas Garoa, onde o governo privatizou a área social, não cuidou, não fiscalizou, tivemos 11 mortos e 15 feridos, alguns com sequelas permanentes. Agora veio o prefeito dizer que não tem como atingir as metas com o DMAE público. Ora, que conversa! Não atinge porque não quer, não tem vontade política, não tem vontade política de fazê-lo. Nós sabemos que, independentemente da questão ideológica, há fatos que são da realidade indiscutível. Como, por exemplo, a iniciativa privada tem como cerne, é da sua natureza, buscar o lucro. E é normal isso, e não há nada desonesto nisso – buscar o lucro. A iniciativa pública busca o bem-estar das pessoas. Pode até não conseguir, tem que ser trocado, mas continua pública. Quando vai ser buscado o lucro em uma atividade essencial à vida humana, como é a água, como é o saneamento, seja em que parte for, é um absurdo. Há um erro grave, gravíssimo de gestão nesse sentido. É muito grave. Repito: a área privada busca o lucro, e, no sistema capitalista, que lamentavelmente é o que temos, está dentro das leis, mas não em setores essenciais à vida, como é o caso da água. Nós não podemos admitir, não podemos admitir qualquer nível de privatização que envolva água e saneamento. Aí está a vida das pessoas, aí está exatamente a essência do que é compreender a gestão pública. Há espaço para iniciativa privada? Há, mas não nas áreas essenciais. Já vou encaminhar a conclusão, Presidente, dando um exemplo: todos lembram aqui, todos lembram, quando a Vale era a Vale do Rio Doce. Era um exemplo mundial, sem nenhuma tragédia, acidente, quando virou privatizada, a Vale, já começou com o Brumadinho, Mariana, e foi tragédia e tragédia. Área pública,



privatizada. Nós não podemos admitir a privatização do DMAE em qualquer nível, e lutaremos com todas as nossas forças contra isso. Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** O meu microfone aqui, você pode aumentar um pouquinho?

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Pessoal do áudio, os vereadores estão reclamando que o microfone está muito baixo. Positivo, obrigado.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Bom, eu venho aqui desmanchar algumas narrativas que estão sendo trazidas pela oposição com relação à questão da concessão do DMAE. A primeira coisa que eu quero é parabenizar vocês que estão aqui na plateia, pois a principal solicitação que vocês fizeram já foi atendida pelo governo: ninguém será demitido e não será feita privatização. Então, parabenizar, atendendo a demanda de vocês, o governo apresentou um projeto que não privatiza e não demite...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Só reestabelecer o tempo...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):**... Só reestabelecer o tempo, Presidente, mas falar: parabéns, vocês conseguiram o que queriam, não será privatizado e



ninguém será demitido. Se entenderem que isso é ruim podemos alterar o projeto, mas o governo atendeu essa demanda.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Qual foi o projeto trazido pelo Poder Executivo? A distribuição da água será feita em uma parceria, para quê?

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Solicitamos às galerias que respeite o tempo da tribuna do vereador que está no seu exercício parlamentar. Vereador, o seu tempo será reestabelecido em um minuto. Por favor, pedimos respeito à galeria enquanto os vereadores estiverem falando.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Para ficar claro para as pessoas que assistem de casa, aqui, agora, no plenário, junto às galerias da Câmara de Porto Alegre, existe uma massa de manobra do sindicato dos municipais que não está interessada em resolver o problema do abastecimento da água em Porto Alegre. Enquanto reestabelece, a vereadora quer um aparte, não sei se é possível?

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para um aparte. (Pausa.) Só um minutinho para atualizar a tela.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Bom restabelecendo o tempo ali...

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Pessoal que está nas galerias, por favor, estamos solicitando que as manifestações sejam feitas quando o vereador não estiver usando o tempo da tribuna. O seu tempo será garantido, Ver. Jessé. Por favor, as manifestações sejam feitas enquanto não houver



vereador na tribuna. Por favor, vereador, o senhor pode reiniciar a sua fala; o senhor tem o tempo garantido, vereador.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** O que está acontecendo agora? Alguns sindicalistas estão preocupados em perder o seu emprego, mas o governo acabou de acatar a solicitação de vocês. Podem observar ali nas galerias, pode ver, a maior parte dos trabalhadores está em silêncio porque entendeu que foi acolhida a sua demanda. A maior parte dos servidores estão em silêncio porque entenderam que foi acolhida a sua demanda. O que está acontecendo é que alguns pelegos sindicalistas estão reivindicando contra o projeto porque não querem perder a sua mamata.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Qual é a intenção do governo e de qualquer pessoa consciente? Levar água, levar dignidade para as pessoas que estão sem água. O que acontece? Para atendermos o marco legal do saneamento, a prefeitura de Porto Alegre está modelando um sistema de concessão em que parte daquilo que é sua responsabilidade vai ser parceirizado com uma empresa que vai fazer, no caso de Porto Alegre, a distribuição da água pelo território. Fazer com que a água que hoje não chega possa chegar, por exemplo, nas vilas mais precárias, nos morros mais altos, onde, hoje, por conta da falta de capacidade de bombeamento, as pessoas não recebem água. O que está acontecendo agora é que alguns poucos pelegos do sindicato estão achando que vão perder poder em função disso. Não é verdade. As pessoas que estão reclamando estão servindo como massa de manobra, porque o projeto do governo não prevê a privatização e não prevê a demissão de nenhum dos senhores. A cidade de Porto Alegre precisa, sim, que a água chegue às pessoas mais humildes, que o esgoto seja coletado e tratado, e, com esse projeto, o esgoto da cidade de Porto Alegre poderá, sim, ser coletado e tratado dentro dos prazos que impõe o marco legal do



saneamento. Infelizmente, alguns poucos sindicalistas, que não estão preocupados com as pessoas mais humildes da cidade, estão aqui reivindicando algo que já foi atendido pelo projeto. Então, só para deixar claro, o projeto de concessão parcial do DMAE atendeu as principais demandas dos senhores. E aqueles que têm consciência, que leram o projeto, estão concordando com a Prefeitura. Ninguém será demitido, eu estou falando aqui.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Pode me questionar posteriormente. Ninguém será demitido, a coleta e o tratamento da água permanecerão sendo do DMAE; a distribuição será, sim, parceirizada. E nós iremos o quê? Diferente do que estão falando, que o lucro vai querer fazer aumentar a tarifa; hoje – me desmintam se eu estou mentindo –, 45% da água não chega lá na ponta porque é perdido no caminho, ou perdido por vazamentos ou perdido por gatos. O que acontece é que, ao trazer mais eficiência na distribuição, não será necessário fazer o aumento da tarifa.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Não acabou o meu tempo.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** O seu tempo será garantido. Eu peço novamente à galeria que respeite o tempo de fala do vereador.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Então, só para...



**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Eu peço, novamente, às galerias que respeitem o tempo de fala do vereador.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Então, só para encerrar, Presidente, só para esclarecer à população, quem está servindo de massa de manobra hoje está sentado ali gritando neste momento. Está servindo de massa de manobra de alguns políticos de esquerda aqui que os utilizam como curral eleitoral. A cidade de Porto Alegre precisa...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Galerias, por favor...

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** A cidade de Porto Alegre precisa tratar e distribuir a sua água. E essas pessoas que aqui estão hoje querem que o esgoto continue passando nas casas das pessoas mais pobres aqui da capital. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Boa tarde a todos que estão nos ouvindo. Muito obrigada. Nesses meus primeiros dois minutos de fala, eu quero provocar aqui, muito em cima da fala dos colegas que me antecederam, e dizer o seguinte: se eu tivesse medo de grito, eu jamais seria vereadora. Podem gritar! O que vocês não querem é que a periferia tenha água, que as crianças



possam brincar sem ter que pular por cima de esgoto a céu aberto. Vocês não querem. Vocês não querem água boa de qualidade para quem não tem; vocês não querem saúde e proteção ao meio ambiente; vocês não querem esgoto tratado; vocês querem que continuem misturados o cloacal com o pluvial. É isso! Vocês são a fotografia do que tem de mais atrasado na nossa cidade. Os funcionários do DMAE, que, em horário de trabalho, estão aqui, não devem ser, devem ser tudo pelego do sindicato mesmo. Esses que estão aqui hoje, pelegada do sindicato, não representam os trabalhadores do DMAE, porque esses estão muito tranquilos, já que na lei consta, no art. 1º, que ninguém vai perder o emprego. A estabilidade está garantida! Vocês são um bando de mentirosos. Vamos ver quem fala mais alto! Mentirosos! Mentirosos!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Vocês não enganam mais a população! Essa é a verdade, colegas vereadores!

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Galeria, por favor, vamos respeitar a vereadora.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Meia dúzia de gato pingado! Meia dúzia de gato pingado não representa os moradores do Lami, da Lomba do Pinheiro, da Restinga! Vocês não representam ninguém! Só vocês mesmos! Bando de pelego!

Dito isso, eu quero aqui agradecer a todos meus colegas (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) por esses cinco anos que nós estivemos juntos na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

(Aparte antirregimental do Ver. Pedro Ruas.)



**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** E dizer para vocês que cada um de vocês, sem distinção de sigla eleitoral, será muito bem recebido na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos, que eu estarei assumindo a partir de segunda-feira com muita alegria. Todos convidados a irem lá, levarem as suas demandas.

Em relação ao DMAE, eu estou muito feliz que esse projeto chegou aqui e eu estou muito triste que eu não vou poder votar, porque como eu queria poder votar esse projeto? É um dos projetos que eu mais queria votar nesta cidade, porque eu sei que, com esse projeto, nós teremos a garantia de esgoto tratado, universalização do tratamento até 2033, que é absolutamente necessário! E eu tenho a garantia, através desse projeto, que o esgoto vai ser separado, porque hoje poucas pessoas sabem, mas em grande parte da cidade o cloacal é misturado com o pluvial e vai para dentro do Guaíba. Aí não adianta falar de meio ambiente, meus queridos. Por quê? Porque o cloacal, que é o que sai da privada, vai direto para dentro da água e aí se gasta dinheiro extra para limpar a água, se gasta muito mais. E nós vamos ter... olha, não duvido, se a gente não tiver até redução da tarifa de água, porque hoje temos uma perda de quase 45% da água tratada da cidade, porque tem muitos lugares onde tem problema de encanamento e perda de água. Isso vai acabar, e isso só acontece com aprovação desse projeto.

Por fim, eu gostaria aqui de fazer um elogio muito grande a quem hoje está ainda no cargo de secretária de desenvolvimento econômico, turismo e eventos, minha amiga particular, pessoal, Rosane Pereira, uma liderança do meio empresarial, uma mulher séria, trabalhadora, que tem uma trajetória nessa cidade, que tem um legado, e para mim, vai ser um grande desafio manter tudo de bom que ela fez lá dentro da secretaria, manter os projetos e ampliar tudo aquilo que a gente precisa que seja ampliado. Eu tenho aqui muita alegria de ser a pessoa que vai entrar na secretaria sucedendo uma pessoa tão qualificada, tão bem preparada como é a Rosane Pereira, minha amiga de ativismo desde 2014. E digo pra vocês: Porto Alegre hoje está em boas mãos e continuará em boas mãos. Obrigado.



(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, diversas vezes foi advertida a galeria para não se manifestar enquanto o vereador na tribuna se manifestava. Eu entendo que nos parlamentos, quando nós estamos na tribuna, nós temos uma posição muito privilegiada. Por quê? Porque temos um microfone, e é muito forte e temos imunidade. Eu tenho o maior respeito pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, obviamente, mas a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, na tribuna – na tribuna –, ofendeu as pessoas que estão aqui nas galerias. Essa é a Casa do povo, não é só nossa, é do povo. É do povo, eventualmente nós passamos por aqui. Ela chamou de pelegada, de pelegos e de mentirosos. Ela não tem esse direito. Não tem! E eu peço, então, que seja registrado, e gostaria – gostaria –, que a vereadora retirasse essas expressões. É um pedido que faço porque não é justo, não é correto e não é adequado que a gente possa fazê-lo sem que eles possam responder, porque eles ficam sendo ofendidos sem poder responder. É isso. Obrigado, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereador, está feito o registro. Muito obrigada.

O Ver. Marcos Felipi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA):** Boa tarde a todos que nos assistem. Esse é um projeto que de um lado, sim, mente. Mente porque trata a concessão como se fosse privatização. Isso não é uma questão opinião, isso é uma questão do direito administrativo, os vereadores aqui têm assessoria jurídica, tem no Google, existe uma diferença muito grande. E eu,



sinceramente, respeito vocês, mas não importa o que vocês pensam, até porque vocês não representam o DMAE. Tem muitos bons servidores do DMAE... Sabem o que eles estão fazendo? Eles estão lá trabalhando; vocês estão aqui. Então, eu parablenizo o governo por enviar o projeto desta forma, que mantém a estabilidade, que garante que não terá extinção de nenhum cargo do DMAE, que garante a modestidade de tarifa, que inclusive, o valor da outorga, o valor que vai vir para o caixa do Município, ele pode servir inclusive para manter a tarifa no mesmo valor ou até baixar a tarifa. E a concessão parcial, ela visa atender o novo marco legal do saneamento básico. Para quem não sabe, o novo marco legal do saneamento básico, ele estabelece que os municípios até 2033 têm que ter 99% de água potável na torneira das pessoas e até 90% de coleta, da meta de esgoto. A cidade hoje, do jeito que está, vai demorar muito mais para chegar na metade dessa meta; só em esgoto a gente não chega hoje a 50%. Então esse é um projeto que ele separa quem mente e separa quem quer o desenvolvimento da cidade. E ele não é ideológico, porque tem governo de direita que fez concessão, tem governo de esquerda e tem governo de centro. É uma questão de gestão pública. Eu saúdo o governo por enviar o projeto dessa maneira. Nós teremos aqui grandes batalhas para discutir esse projeto importante para a cidade, porque ele foi defendido na campanha eleitoral, nos debates, e a população decidiu qual seria o governo. E hoje a gente tem quem fala a verdade, quem discute o projeto e quem mente, por má-fé, por desconhecimento, mas mente. Privatização não é concessão. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada vereador, muito obrigada. O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Muito boa tarde a todos. A força que essa Casa tem, com 35 vereadores, isso está tendo apoio da base do governo, eu acredito e tenho certeza de que qualquer desequilíbrio, qualquer situação que saia fora da linha, eu digo que esse projeto tem um



alinhamento de metas, esta Casa vai ter o poder de tomar qualquer decisão que não esteja andando bem ou que não venha a andar bem. E aqui é importante falar que a gente tem que acreditar nos projetos, a gente tem que apostar, ainda mais com essa base aqui dando apoio para o governo. Por isso que o Melo tomou a iniciativa de iniciar aqui, para ter essa cobertura, essa proteção na qualidade desse projeto. Eu falo que é muito deprimente você ficar dias sem água. Quem está acostumado a ter água, vocês imaginem as famílias que não têm o saneamento e têm que buscar água de balde, não tem aquela distribuição, não tem tubulação que chegue na sua casa. Ainda mais os pontos mais altos, o verão é a pior época. Também eu falo uma coisa, pessoal, a gente vive o nosso dia a dia, faz nossas necessidades e um dos maiores problemas que a gente enfrenta na nossa saúde gastrointestinal, náuseas, eu falo que ele tem origem da água; a nossa água perdeu qualidade e cada vez fica pior.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** É importante dar atenção para o saneamento, para que ele funcione dignamente e não sobrecarregue mais ainda o sistema hídrico, sobrecarregando a tratabilidade da água com carga química, para poder dar conta de uma qualidade de água para entregar nas torneiras. E assim, pessoal, eu subo aqui hoje e eu digo que a gente tem que ser útil e tem que ter coragem, a gente tem que enfrentar a vida, enfrentar os problemas da forma justa. Criticar é fácil, eu digo sempre, é muito mais fácil. Em quantas coisas em nossas vidas somos criticados, não levam fé, só que quando dá certo, ninguém leva a mão à palmatória. Então eu digo assim, isso aqui é um ato de coragem, temos que tomar decisão, temos que acompanhar, sim, o andamento, velocidade nessas obras. Olha o tempo que levaram as manutenções agora há pouco, nos problemas que deram de tubulação. Olha quanto esgoto a céu aberto, quanta tampa aberta, se tu não te cuidas para andar nas calçadas, cai num buraco. Então o tamanho, olha a



questão das proteções contra as cheias, a questão de limpeza do saneamento. Eu falo que o sistema público, eu não desdenho ele, mas é importante falar questões pontuais. O sistema tem que ser limpo, não dá mais para ter resserviço e gasto. A questão da água, eu digo a tabela, o custo da água está garantido no projeto. Os trabalhadores estão garantidos nesse projeto, eles estão protegidos. Então da mesma forma que eu subo aqui para aclamar que esse projeto dê certo, para dar apoio, podem ter certeza de que eu também posso subir aqui para cobrar. E não é porque em outros lugares, eu digo, viemos sofrendo muito com outro tipo de concessão, que foi venda, como houve com a Equatorial, como houve com a Corsan, isso aqui é uma parceirização. A parceirização para continuar e para ter um andamento, eu digo, de consenso, tranquilo entre as partes, tem que ter qualidade. Então isso está tratado nesse modelo do negócio, não é venda. Eu defendo muito o bom serviço, sou um cara que bota a cara e não tenho medo. Então pode ter certeza, que se eu tiver que subir aqui para defender qualquer situação que não estiver de acordo, pode ter certeza que eu venho aqui para cobrar, pessoal. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha...

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereador, um minutinho que eu vou colocar seu cronômetro.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que nos ouve atentamente, acompanha esta Casa, os mandatos, hoje eu trago aqui esse cartaz que não é empunhado por mim, é pela cidadania que está aqui lotando as galerias em defesa do DMAE público, contra os



mentirosos, contra os sorrateiros, os ardilosos politiqueiros que não defendem o erário público. (Mostra cartaz.) Por isso tem uma CPI nesta Casa, para investigar os coniventes inclusive. Nós não podemos aceitar que transformem a água em mercadoria, é isso que dizem os cartazes. Um modelo que não deu certo em países desenvolvidos. Atlanta, Berlim, Buenos Aires, Paris, todas recuaram da privatização. Haviam privatizado o saneamento e agora ele é público, porque o privado só pensava no lucro. E os mentirosos ainda dizem que o custo da água no DMAE vai ser garantido. É mentira, porque uma autarquia pública paga 34% a menos, porque não tem ISS, não tem PIS, não tem Cofins, não tem Fundo de Garantia, ela não paga ICMS. Por ser uma autarquia isenta de impostos, hoje a água de Porto Alegre, cidadão e cidadã, é 34% mais barata do que se fosse privatizada. Isso eles não estão falando, eles estão dizendo que não vai ter custo para o cidadão, e essa é a minha indignação. Por que mentem? Porque ocultar a verdade é mentir. Mas o que esperar de quem não tem altivez? O que esperar de quem não tem respeito pelo seu próprio eleitor? Venham aqui e defendam. Se vocês querem defender o modelo privado, digam claramente que o cidadão logo ali na ponta vai pagar mais caro, 1,3 milhão de habitantes de Porto Alegre é quem vai pagar a conta. Mas o cálculo que eles fazem, os privatistas, é assim: “Não, cada um vai pagar um pouquinho o lucro dos empresários!” Se hoje uma conta de DMAE é R\$ 150,00, com 34%, ela vai a R\$ 200,00. Mas, claro, para um prefeito que ganha R\$ 35 mil, isso não tem impacto no salário dele. Agora, a dona Maria, moradora da Restinga, que ganha um salário mínimo, de doméstica, R\$ 1,5 mil, para ela tem impacto, R\$ 50,00 importam muito no orçamento. Cinquenta reais para ela é, no mínimo, 5% do orçamento que ela vai ter que botar lá na conta do DMAE privatizado. E vão faltar na mesa dela R\$ 50,00, com que ela vai no supermercado e compra três quilos de frango, por exemplo, mas não se importam com o que o trabalhador, a trabalhadora bota na mesa, tanto não se importam que aumentaram a passagem, e eles disseram: “São só 20 centavos”. Só 20 centavos, faz a conta de 20 centavos vezes duas passagens diariamente, são menos dois quilos de carne que o seu João, morador do



Sarandi, alagado, está deixando de comprar e botar na mesa, para pagar o lucro do empresário de ônibus. Mas eles dizem: “São só 20 centavos”. Claro, para um prefeito que teve o salário aumentado de R\$ 22 mil para R\$ 35 mil, não tem diferença, ele nem pega ônibus. É sobre isto que se trata esse modelo da privatização: são os ricos que vão decidir, são os bancadores de campanha que sustentam, são os poderosos que sustentam mandatos alugados, no Brasil inteiro é assim. Eles votam conforme o interesse dos poderosos, do capital, o capital não cansado de lucrar, agora vem em cima de Porto Alegre. Nós não vamos deixar – não vamos deixar! Nós queremos saber se os mandatos aqui são dos vereadores ou foram alugados pelo governo Melo, pelos privatistas, de quem são os mandatos? É a hora da verdade.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Aparte para o líder do governo, Ver. Idenir Cecchim.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente Mariana Lescano, só para ajudar a plateia que está assistindo, como o Ver. Jonas disse que o prefeito ganhou um aumento, e ganha 30 e poucos mil, só para eles saberem que o Ver. Jonas também ganha R\$ 23 mil por mês, mais a gasolina.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Registrado, vereador.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.  
(Pausa.) Vereador Jonas, questão de ordem?

**Vereador Jonas Reis (PT):** Peço desculpas ao colega Ramiro que está na tribuna, mas o Ver. Cecchim fala aqui que eu ganho R\$ 23 mil, todos os



vereadores. Mas, no meu caso, Ver. Cecchim, R\$ 23 mil para aguentar as baboseiras do governo Melo é pouco.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereador Ramiro, o tempo é do senhor.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** É, é pouco mesmo, porque ele usa de verba indenizatória de gasolina que vocês pagam, além do salário, mais R\$ 4 mil por mês. Olha, Jonas Reis, tem que rodar, hein, tem que rodar.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Presidente Mariana Lescano, meus caros colegas...

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** A galeria, por favor, respeite. Vereador, o seu tempo está garantido.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Não, eu não tenho problema com gritaria; eu sou como massa de pão, que quanto mais bate, mais cresce. Tem gente aí que está aprendendo isso. Mas o pessoal da galeria aqui, vocês estão preocupados com relação aos servidores, e vejo que é uma preocupação legítima. Inclusive, alguém aqui falou antes que tem pouca gente hoje aqui. Eu até gostaria, de coração, de saber: quem é que é aposentado pelo DMAE, por gentileza? Alguém aqui é aposentado pelo DMAE? Não? Alguém aqui é servidor, então, do DMAE atualmente? Um. Só um? Só um servidor? Quem é que é o restante, então? Tu és servidor, também?

(Manifestações nas galerias.)



**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Não, mas servidor do DMAE quem é? Só um? Dois? Dois servidores. Espera aí, gente, agora estou ficando confuso, eu estou ficando confuso. Eu até tinha preparado aqui, se muita gente levantasse a mão, iria dizer: vão trabalhar, né? Era melhor estar trabalhando. Mas agora fiquei mais surpreso ainda, porque só tem um servidor, e estão preocupados, falando em nome dos servidores? Não, eu acho que a maioria é militância, a maioria militância.

Por falar em militância... Aliás, teve um que chegou para mim antes aqui fora, eu estava indo lá para a reunião que teve com o prefeito. Aí, Cecchim, o sujeito chegou e disse assim: “Tu estás ganhando quanto?” Eu digo: olha, o meu salário é público, está no portal da transparência. Inclusive, tu pagas. “Não, não, não, estou perguntando quanto tu estás ganhando com a privatização do DMAE?” Porque é assim que essa gente pensa...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** É toma lá dá cá. Eles só pensam em negociata; eles só pensam em meter a mão no bolso do brasileiro, como fizeram com os aposentados agora, os vovôs, as vovós. Meteram a mão no bolso do vovô e da vovó. E é justamente isso que nós estamos querendo evitar. Fizeram aqui um circo, um escarcéu sobre a CPI do DMAE. Eu acho que tem que ter mesmo, tá? Sou a favor, vou fazer parte dela. Tem que investigar, teve roubo. E é mais um motivo para conceder o DMAE, tirar da mão dos políticos. Se querem tanto combater a corrupção no saneamento em Porto Alegre, por que vocês estão gritando tanto contra nós, que queremos tirar da mão dos políticos o DMAE para manter na mão de gente técnica, competente, que inclusive vão continuar todos os servidores lá dentro. Eu não consigo entender. Aliás, eu não consigo entender essa hipocrisia da esquerda ao falar de concessão, PPP e privatização. Sabe quem é que fez concessão do saneamento? Em 2017, o governador Wellington Dias, do PT – Partido dos



Trabalhadores –, fez a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na zona urbana de Teresina. Sabe qual é a empresa privada que pegou o saneamento de Teresina no governo do PT? Quem? Quem? Quem? Aegea, que comprou a Corsan, que eles tanto batem. O PT entregou para a Aegea o saneamento na região metropolitana de Teresina. É. Mas vamos lá, tem mais, calma, tem mais. Na Bahia, governador Rui Costa, ministro hoje do Lula, do PT – Partido dos Trabalhadores. Ele fez a implementação de programa de serviços públicos de concessão do saneamento ao capital privado. Oh, o capital privado malvadão vai pegar a água e o esgoto. O PT, o Rui Costa, na Bahia, mas não foi só ele. Governo federal, Luiz Inácio Lula da Silva, alguém conhece? Lula fez uma parceria público-privada na área de saneamento na transposição do Rio São Francisco. E o projeto prevê que, a partir de 2029, uma empresa privada, capital privado, capitalistas, bolsa de valores, mercado financeiro; eles vão assumir toda a operação do sistema do rio São Francisco, com investimentos de mais de R\$ 450 milhões. E o Haddad, hein? O Haddad não entende de economia, não, não entende de economia, mas me parece que ele teve um surto de boa gestão, porque ele, quando foi prefeito de São Paulo, também fez PPP, inclusive no saneamento. Então, meus amigos, a hipocrisia de vocês cansa, mas o que cansa mais é ver as nossas crianças brincando no meio da merda nas vilas, e nós vamos tirar elas do meio da merda porque nós vamos conceder o DMAE à iniciativa privada. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador, muito obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



Peço as galerias que respeitem o tempo de tribuna dos vereadores. Vereador, o tempo é do senhor.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano. Falo aqui na liderança do Partido Progressista – PP, em meu nome, em nome da Ver.<sup>a</sup> Vera Armando, da Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, que, para nós, do PP, é uma grande honra que preside esta sessão. Cumprimento os demais vereadores, galerias, público que nos assiste na TVCâmara. Hoje, não poderia deixar de falar de outro assunto que não o projeto de lei do Executivo, que fala sobre a concessão parcial do DMAE. Tenho visto aqui o debate no dia de hoje, líder Idenir Cecchim, acalorado debate sobre a concessão e a participação, principalmente, dos partidos da esquerda, da oposição do governo e contrários, e eu acredito que eles não devem nem ter lido ainda o projeto, mas já são contra.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o prefeito Melo pela forma democrática como mandou um projeto de lei para ser discutido na Câmara de Vereadores. Por que digo isso? Porque o prefeito não precisaria ter mandado esse projeto de lei para a Câmara do Municipal de Porto Alegre. Ele poderia ter feito a concessão independente da aprovação da Câmara de Vereadores, pois, na lei de concessões, não consta nenhum dispositivo que diga que as concessões precisam passar, ter a aprovação do Parlamento. Talvez tenha alguma contradição, porque a Lei Orgânica fala em quórum mínimo para aprovação de concessões na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Se nós formos ver a lei das concessões, que é uma lei federal, ela é posterior à Lei Orgânica. A nossa Lei Orgânica é muito antiga, então a lei de concessões, que é federal, que é superior a uma lei municipal, ela diz que não há necessidade de passar pelo Parlamento. Então, isso nos dá oportunidades, senhoras e senhores, para que a gente possa fazer o bom debate.

Eu sou favorável, sim, a concessões, o meu partido é favorável. E o que me estranha um pouco não é o PT ser contra a concessão, porque ele sempre tem a narrativa, mas é porque o PT, em diversos municípios, diversos no governo,



onde o PT governa, melhor dizendo, ele faz concessões e, onde ele não governa, ele é contra as concessões. Então, fica difícil defender, né? E eu tenho até aqui, pedi ajuda aqui para o Google: “Nos anos 1990, Brasil, diversos, PT, saneamento básico... Embora o PT tenha criticado imediatamente assumir o governo federal, optou por abordagem... Durante os mandatos de Lula, 2003-2010, e Dilma, 2011-2006, houve continuidade de algumas parcerias com o setor privado, principalmente por meio de PPPs, visando ampliar o investimento e melhorar a infraestrutura e saneamento.” Então, quando ele governa, ele faz, porque ele sabe que é importante, e quando ele não governa, ele é contra, para dar a narrativa e o discurso, principalmente para os servidores públicos. Mas, os servidores públicos, pela lei aqui que eu estou lendo agora, o prefeito diz que garante os empregos de todos. Então, não tem por que estarem preocupados, porque os seus empregos serão garantidos. E, mais ainda, vai ter um debate nesta Casa, está previsto; terão audiências públicas. Eu mesmo sou autor, junto com o PP, de um pedido de uma comissão especial na Casa, que todos os partidos terão proporcionalidade e participarão do debate, Ver.<sup>a</sup> Vera Armando. Então, onde nós podemos melhorar e contribuir no projeto de lei que é apresentado aqui, um projeto bastante simples do governo, que fala das necessidades da concessão? Por que das necessidades, Ver.<sup>a</sup> Fernanda? Porque, infelizmente, nós estamos no século XXI, ano de 2025, se nós andarmos pela periferia de Porto Alegre, nós não temos saneamento básico em muitas casas e essas pessoas têm o direito de ter o saneamento básico. Quantas vezes um vereador aqui, a maioria dos vereadores eu acredito que vai nas comunidades mais pobres pela periferia, teve que pular uma valeta porque não tem um cano para passar esse esgoto? Não é admissível que a população mais pobre desta cidade não tenha água e não tenha saneamento na sua casa. Água, até nós temos 98% de água, mas nós sabemos que, principalmente no verão, locais de periferia, como o Morro da Cruz, a Lomba do Pinheiro, muitas vezes ficam sem água, ficam horas, dias sem água porque a água não chega lá. Então, é por isso que nós, sim, queremos que a água seja um bem que todos tenham acesso, que todas as



peças da cidade de Porto Alegre tenham acesso ao saneamento básico, que não precisem ter preocupação que a valeta está entupida, que a água vai chegar na sua casa. Mas ainda: está previsto aqui, em parte do projeto – eu comecei a ler o projeto hoje, ainda tem coisas que eu quero ler melhor –, na justificativa do projeto, que os recursos de outorga serão utilizados, inclusive, para combater a questão das enchentes em Porto Alegre. Então, nós podemos utilizar os recursos da concessão para fazer mais investimentos, para dar mais segurança para aquelas pessoas, principalmente aquelas pessoas que amargaram no ano de 2024, com a água invadindo as suas casas. As pessoas do Sarandi, do Humaitá, do Lami. Então, todos nós temos que nos preocupar. E o grande debate, nós temos que fazer, sim, o debate, mas não só criticar. Nós temos que fazer contribuições, porque nós queremos que a água, o esgoto e o saneamento seja para toda a cidade de Porto Alegre, não para alguns privilegiados, como eu sou privilegiado, que tenho água e saneamento na minha casa. Mas eu, como vereador, quero saneamento para todas as pessoas da minha cidade. Por isso, faremos um bom debate, faremos a contribuição necessária para garantir que a água chegue e o saneamento chegue em todas as casas de Porto Alegre. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador. Muito obrigada. Ver.<sup>a</sup> Natasha, é um aparte?

**Vereadora Natasha Ferreira (PT):** Não, questão de ordem. Só duas informações aqui, na fala do Ver. Ramiro Rosário, inclusive eu fui dar um Google ali. De 2017 a 2020, o Ver. Ramiro Rosário era secretário do Município de Porto Alegre; de 2017 a 2020, teve um cara nomeado, nomeado no DMAE, o Thiéri, que ele era para fiscalizar uma empresa privada, ele vira sócio da empresa privada. E ele vem falar de politicagem no DMAE, justamente ele que fez politicagem lá. Se hoje o DMAE pode ser vendido a preço de banana, é por culpa tua, porque tu ajudaste a desmontar o DMAE. Então não vem fazer esse discursinho contra o PT. Aliás, o Ver. Mauro Pinheiro, todas as informações



que vocês deram aqui, das parcerias público-privadas, são de autarquias que tinham déficit e que não alcançavam as metas, o que não é a realidade do DMAE. Nós temos dinheiro em caixa, nós temos estrutura, o que nós não temos é vontade política.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereadora; Ver. Ramiro, questão de ordem.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Solicito o uso da tribuna, porque a vereadora utilizou o microfone de apartes para fazer acusações graves a mim.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Positivo, o senhor terá concedido. Ver. Jonas, é questão de ordem?

**Vereador Jonas Reis (PT):** Só uma questão de ordem e uma sugestão, que o Ver. Mauro Pinheiro, já que sabe tanto de saneamento, seja convocado na CPI para falar, porque era líder do governo Marchezan; de repente uma convocação. Não querendo convocação, se voluntarie, era líder do governo Marchezan.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada vereador. Nós vamos ver os apanhados. Informando que o diretor legislativo foi verificar a questão sobre a fala da Ver.<sup>a</sup> Natasha para que nós possamos dar para o Ver. Ramiro o direito de falar em tribuna. (Pausa.)

Colegas, anuncio o Ver. Filipe Rozique, presidente da Câmara de Vereadores de Ariquemes, de Rondônia – seja bem-vindo vereador, muito obrigada por estar na nossa Casa. (Pausa.) Anunciamos a presença do Ver. Jonas Rodrigues, do PL, de Viamão – obrigada, vereador por estar aqui, seja bem-vindo à nossa Casa.

Em decorrência do Regimento, nós verificamos que é possível; o Ver. Ramiro, por ter sido citado pela Ver.<sup>a</sup> Natasha, que falou diretamente sobre a honra do



Ver. Ramiro, tem o tempo de tribuna de cinco minutos. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Tempo Especial.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Presidente Mari Lescano, meus caros colegas, agradeço imensamente à Ver.<sup>a</sup> Natasha, do PT, por esta oportunidade de mais cinco minutos na tribuna de Ramiro Rosário. Olha, a gente costuma fazer o debate aqui político aguerrido, pegado. Muitas vezes, a gente chega próximo das linhas, do limite, e até ultrapassa – eu mesmo já ultrapassei os limites aqui, já pedi desculpas por isso. Agora se tem uma coisa que eu não admito, Ver.<sup>a</sup> Natasha, é que o meu nome esteja vinculado a qualquer tipo de maracutaia, de trampa de corrupção. Inclusive porque eu fui o principal responsável por dismantelar um dos maiores escândalos de corrupção que essa cidade já viu do antigo DEP. Em 2017, quando eu assumi, eu encontrei um verdadeiro cenário de guerra: serviços parados, contratos desfeitos, investigações, a polícia batendo na porta todo dia. Vá perguntar para a imprensa, vá perguntar para o delegado Max Otto Ritter, vá perguntar para qualquer pessoa que esteve ou participou da operação Tormenta, quem é que combateu a corrupção no Departamento de Esgotos Pluviais. Fui eu – fui eu –, inúmeras vezes, ao ponto do delegado Max, diversas vezes, me chamar lá inclusive para eu colaborar com ele do tudo que eu estava vendo – e tenho muito orgulho de ter feito parte desse processo. A jornalista Adriana Irion escreveu um livro sobre o aniversário do grupo de investigação da Zero Hora, e eu estou lá, eu sou mencionado, e ela disse para mim, assinou no autógrafo, a jornalista Adriana Irion disse: “A quem muito contribuiu para que a realidade do GDI, no processo de investigação de expor os canalhas que meteram a mão no dinheiro público, pudesse acontecer”, graças a mim! Implementei, diversas mudanças, no sistema de contratação da prefeitura, botei GPS em equipes, fotos do antes e depois, remuneração por produtividade, pagamento por produtividade, para ouvir uma vereadora que é uma farsa ambulante vir aqui falar que eu tenho algum envolvimento com isso, não tem cabimento... Olha, ela citou o caso de Thierry... eu confesso que quando esses *blogs* de esquerda,



esses jornalecos aí, que devem receber dinheiro do PT, do PCdoB, do PSOL, esses jornalecos aí falavam sobre a questão do Thierry, eu tive até que procurar para saber quem era o Thierry, porque o Thierry não foi contratado do DMAE, pelo menos não na época que eu estava lá, ele era contratado do DEP, e foi contratado sem indicação política e foi contratado por aquele sistema que a antiga gestão fez que é o banco de talentos, que pegava pessoas da iniciativa privada, botava pra dentro, e tão bons eram muitos deles que seguem até hoje sem indicação política, sem vínculo com o atual governo, porque não tinham vínculo político com o antigo governo. Se o cara saiu da Prefeitura, foi para a empresa e se existe alguma ilegalidade nisso, ele que responda, ou a empresa que responda – nem sei qual é a empresa, a empresa que responda –, agora, eu não tenho absolutamente nada contra isso. Aliás, minha vida é muito preto no branco, todos os processos que eu tenho contra mim são processos por crime de opinião ou porque eu falei demais, esses são os processos que eu tenho, e eu me orgulho muito deles porque eles demonstram que ainda eu tenho a capacidade de poder falar aquilo que 16.450 pessoas me confiaram aqui, que é o poder do voto. Eu não tenho processo de racismo, sabia, Ver.<sup>a</sup> Natasha? Eu não tenho processo de racismo. Eu não tenho! Não sei se a senhora já teve alguma participação em algum processo de racismo, quem sabe na cidade de São Leopoldo? Eu não tenho, mas racismo é algo grave e transforma a pessoa inelegível, vocês sabiam disso? É, é grave, é grave e a pessoa fica inelegível. Eu não tenho processo por crime nenhum que eu tenha cometido, o único crime que eu cometo é o de opinião, pra muitos, e por esses estou lá sendo processado e vou sempre responder com a cabeça erguida porque aqui corrupção não tem, e na CPI do DMAE pode ter a certeza de que eu vou ser um dos mais aguerridos aqui, junto a ti e a tantos outros, para esclarecer cada um que meteu a mão no bolso do pagador de imposto de Porto Alegre.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador. Vereadora Natasha, a senhora quer fazer uma questão de ordem?



**Vereadora Natasha Ferreira (PT) (Questão de Ordem):** Presidente, eu fui citada aqui como farsa ambulante. Isso não só é ataque diretamente a mim, a minha honra, mas eu também quero o mesmo direito do vereador de me pronunciar ali no púlpito, baseada no artigo nº 94, que foi o mesmo que ele utilizou.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereador Giovani... Vereadora, como a senhora se sentiu ofendida... Ela se sentiu ofendida...

Vereadora, será concedido o seu tempo. Entretanto, o Ver. Giovani Culau está inscrito para o tempo de liderança. Então eu solicito que ele faça o uso da palavra como ele solicitou e depois a senhora vai ter o seu direito garantido. Positivo?

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Cumprimento quem ainda ocupa as galerias. Pela indignação, que percebi em ti, Ver.<sup>a</sup> Karen, eu quero talvez começar dialogando contigo, porque eu não sei se chamo de contradição ou de hipocrisia quem dessa tribuna agrediu quem ocupa hoje as galerias, caluniou quem ocupa hoje as galerias, chamou de mentiroso e mentirosa quem ocupa hoje as galerias. Eu compartilho a mesma indignação com esse tratamento dado às galerias porque eu não vi das galerias partir nenhum ato de vandalismo no dia de hoje, eu não vi nenhum tipo de agressão às seguranças da Casa e digo isso porque os mesmos vereadores e vereadoras que fazem esse tipo de tratamento a quem ocupa as galerias, por vezes ocupa a tribuna da Câmara, chamando de cidadão de bem, de patriota, quem no dia 8 de janeiro vandalizou os poderes da República, quem dias antes fazia acampamento ao lado dos quartéis defendendo intervenção militar. Acontece que eu sou uma pessoa que tem memória e eu não caio nessa hipocrisia. Eu



quero falar sobre a vida real Ver. Ramiro dessa cidade, tem criança que vive na merda em Porto Alegre? Tem. Tem lugar que não tem esgoto lá na zona leste no Morro da Cruz? Tem lugar nessa cidade que não tem água tratada? A culpa é do DMAE? A culpa é do Marchezan, a culpa é do Melo, a culpa é dos últimos governos dessa cidade. Vamos falar da verdade, vamos falar da cidade real, porque na cidade real vocês precisam responder o porquê há dois mil cargos vagos hoje no DMAE. Vocês precisam responder o porquê vocês já iniciaram uma entrega para a iniciativa privada das funções do DMAE. Vocês precisam responder o porquê a terceirização que vocês praticam até mesmo na medição dos relógios tem significado, Ver. Yuri, conta d'água mais cara para o nosso povo na periferia. Vocês precisam responder o porquê, quando viram que havia vazamento nas comportas no Muro da Mauá, não fizeram nada, enquanto o DMAE tinha milhões e milhões de reais em caixa. Vocês precisam responder o porquê, quando o governo Melo enviou para a Câmara uma peça orçamentária que previa apenas R\$ 4 mil para o sistema de prevenção à cheia, vocês não falaram nada. Vocês precisam responder. Vocês precisam responder, inclusive, as razões pelas quais o povo fica dias e dias sem água, mas aqui, desta tribuna, nós precisamos dizer que parte das razões é porque o Melo, a administração municipal não acata os alertas dos trabalhadores e das trabalhadoras. (Palmas.) Porque não faz o investimento preventivo na manutenção, e a conta fica mais cara depois que dá literalmente merda. E vamos falar aqui, precisamos, Ver.<sup>a</sup> Grazi, melhorar o saneamento. Conceder ou privatizar é a única saída? Claro que não, e vocês sabem que não, e não venham comparar Porto Alegre com Teresina, no Piauí. Eu tenho um respeito profundo com o povo do Piauí, mas nós sabemos que Porto Alegre é uma das capitais mais ricas do País, o DMAE tem condições, ele próprio, de fazer os investimentos para garantir água, para garantir saneamento. Esta cidade tem mais de 90% de água tratada, capacidade instalada para tratar 80% do seu esgoto, essa não é a realidade do resto do Brasil. Então, não coloquem Porto Alegre em uma generalização qualquer, porque eu não sou burro, eu não sou. Vocês precisam responder, desde já, o que vão dizer, quando o povo sentir na



pele o mesmo que sente hoje com a privatização da CEEE, porque depois que dá merda, daí vocês dizem: “Ai, eu não sabia que ia ser assim”. Sabem, sim.

E para concluir, Presidente, vocês precisam responder também sobre corrupção, porque propina foi nos governos de vocês. Vocês precisam responder, assim como a imoralidade de um ex-dirigente do DMAE que, sem nem respeitar a quarentena, já estava indo para a empresa privada que quer comprar o DMAE. Que cara de pau! Que sem-vergonhice! O senhor era secretário, Ramiro, no governo Marchezan, que foi apontado pelo Tribunal de Contas Pelas barbaridades que fez no DMAE. Eu tenho memória, eu não sou burro. Esse projeto é uma enganação para o povo de Porto Alegre e nós vamos defender o DMAE público.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereadora Natasha, a senhora vai querer fazer uso dos seus 5 minutos? A Vereadora Natasha está com a palavra em Tempo Especial.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Obrigada, Presidente Mariana Lescano. Bom, volto à tribuna aqui não para responder diretamente, mas peço a vocês, botem no G1 o meu nome e o nome do vereador que me acusou aqui. Vejam se eu respondo algum processo. Coloquem lá. Aliás, quando a gente fala em processo, eu nunca fui acusada de fazer rachadinha, nunca. Vocês podem botar, na minha vida pública, na minha vida pública nunca fui acusada, nunca repassei R\$ 300 pilas para ninguém. Eu não. Podem falar o que quiserem aqui. Coloca no Google o nome de quem responde processo. Aliás, as formas de fazer política aqui, quando eu disse antes, é porque foi secretário do Município. É porque foi naquela gestão que se iniciou um desmonte, foi naquela gestão que tinha, sim, CC com negociatas, com empresas privadas. Isso é domínio público! E secretários sabiam! Como eles nomeiam as pessoas? Porque quando é o PT, quando é o PT, eles dizem que o Lula tem que saber de tudo. Quando é com eles, eles dizem: “Eu não sei de nada, eu não sabia quem era a pessoa.” Como não? Como que nunca sabem? E são



especialistas, especialistas em *fake news*. Porque aí falou aqui que eu tenho processo. Eu não tenho processo não, podem pesquisar, pesquisem. Porque se tem uma coisa que eles não conseguem superar ainda são as pesquisas de internet. Agora, esse desmonte, esse desmonte constituído a partir do ex-prefeito Marchezan, do ex-prefeito Marchezan, ele se acirra na gestão Melo. E os atores serão revelados na CPI que vai investigar o desmonte do DMAE. Porque sim, tem gente que recebeu propina. Eles roubaram do dinheiro do DMAE, eles roubaram dinheiro público. Eles fazem tudo aquilo de que eles nos acusam. Então não adianta vir com discurso de: eu tenho mãos limpas, eu sou puritano... Claro que não, negociam o CC tanto quanto os outros partidos aqui na base do governo. Essa é a forma de fazer política aqui. Não tem um método novo, inovador, radical. Por que defendem tanta empresa privada? Por que estão em setores públicos? O que fazem aqui então? Isso aqui é pago pelo povo, o povo que está dizendo que não vai ficar sem água, porque o DMAE não deve ser privatizado. Este povo deve ser, de fato, ouvido. Aliás, para além das pesquisas, pesquise no meu nome e veja se eu tenho algum parente sendo CC por aí. Eu não tenho, eu não tenho. Mas pesquisem, vão a fundo, acirrem a disputa aqui, porque tem questões que nós precisamos trazer para o plenário, para tirar a máscara de muitos aqui que se vendem como ilibados, novos. Não, nós não queremos votar CC. Sério? Mas você tem CC lá no governo. Porque essa prática interna aqui enfraquece, racha, inclusive, essa base, que não estava toda na apresentação do projeto. Então, as acusações feitas aqui, imputadas diretamente a mim, eu não respondo diretamente, mas digo a quem me assiste: pesquisem "Natasha Narciso Ferreira". Pesquisem meu nome, mas pesquisem o do vereador que me antecedeu aqui também. Aí vocês vão saber de fato, de fato, quem tem que vir aqui e construir um personagem e quem vem aqui e fala a verdade e defende os seus ideais desde sempre. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora. Ver. Giovanni Culau, o senhor tem uma questão de ordem?



**Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB):** Isso. Presidente, eu quero compartilhar com a senhora que, ainda no pouco tempo que estou aqui, é a primeira vez que eu presenciei a concessão desse dispositivo regimental, e acho que adequadamente foi concedido ao Ver. Ramiro e à Ver.<sup>a</sup> Natasha. Mas eu me preocupo muito sobre o uso equilibrado desse dispositivo. Tenho receio de que não haja exatamente igualdade no tratamento em relação a essas solicitações. Por isso, chamo atenção do conjunto do plenário e peço uma atenção especial da Mesa Diretora, pois a discussão que nós tivemos aqui hoje nós costumamos ter toda sessão. Não houve nada de extraordinariamente novo. Por isso eu levanto o meu receio e a minha preocupação, para que, em caso de uso desse dispositivo, que se comporte como hoje nós vimos, garantido parte a parte. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Vereador, deixamos registrado. Mas só para deixar claro, o diretor legislativo, art. 94, foi uma questão regimental de onde o diretor legislativo falou que a partir da fala do Ver. Ramiro, entendendo que havia possibilidade de ter a honra do vereador sido atingida, ele teria o direito. Por isso, foi concedido da mesma maneira para a Ver.<sup>a</sup> Natasha. Eu entendo a sua questão, entendo o seu questionamento, a sua preocupação, mas acredito que a gente possa, de repente, o seu mandato pode fazer uma solicitação para a Mesa Diretora verificar o art. 94.

**Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB):** Eu não tenho contrariedade nenhuma à concessão que foi...

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Desculpa, vereador.

**Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB):** Apenas chamo a atenção para, assim como foi feito hoje, o uso desse dispositivo, quando recorrido a ele, seja utilizado de forma equânime, como vimos na tarde de hoje.



**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Registrado, vereador. Sem mais vereadores para falar em tempo de liderança, solicito a abertura do painel para a Ordem do Dia.

(16h13min) Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 221/25.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Em votação o [Requerimento nº 221/25](#). (Pausa.) Algum vereador irá encaminhar? Ver. Tiago Albrecht.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Presidente, não irei encaminhar, apenas corrigir: Juventude Evangélica Luterana do Brasil, que está completando os 100 anos, só para deixar bem explícito aí. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Positivo, registro feito. Em votação o Requerimento nº 221/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da ementa do PLE nº 043/24.)

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, é questão de ordem?

**Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento):** Sra. Presidente, se os pares concordarem, solicito a alteração na ordem de votação, passando o PLE



nº 015/25 do 8º lugar para o 3º lugar na priorização. É referente aos permissionários do Mercado Público.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Em votação o requerimento da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLE nº 043/24](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento):** Sra. Presidente, Sr. Diretor, como PLE nº 015/25 interessa a todos, inclusive à oposição, que é sobre os permissionários do Mercado Público, requeiro que seja apreciado imediatamente.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Nós estamos em discussão do PLE nº 043/24, vereador. Já está em discussão, foi colocado em terceiro o PLE nº 015/25. Como o Ver. Jonas Reis está na tribuna, vou abrir o tempo de tribuna do vereador.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam mais uma do governo malandro, o governo espertinho. Vocês pensam que eles estão lá fazendo pelo povo, construindo política pública. No Instagram deles, a gente vê lá da Prefeitura, do governo: “Olha, estamos aqui, asfalto, educação, projeto de lei, concessão, privatização”. Mas é aqui que acontece a malandragem. Projeto 2, vou ler ao cidadão: “Autorizo o Executivo municipal a promover a desafetação do uso comum do povo e a alienação por investidura na área situada na Rua 2505 à empresa lindeira Montalcino, Empreendimentos e Participações Ltda”. Vamos traduzir essa linguagem jurídica no bom português. A Prefeitura, dona de um patrimônio público, quer vender para uma empresa um terreno, mas quer burlar a legislação. Porque a lei diz o seguinte: “para dispensa de licitação é até R\$ 62.725 o valor do



imóvel”. Mas o governo quer vender um imóvel de R\$ 750 mil, mais de 10 vezes o valor da legislação sem licitação. Por quê? Porque quer vender para essa empresa. E vocês observem, são dezenas e dezenas de imóveis que a Prefeitura tem, mas ela quer vender esse, hoje ela quer vender esse, para a empresa Montalcino Empreendimentos e Participações Ltda. E quer que nós, vereadores, assinemos embaixo, tipo, é isso aí, vende para essa empresa. Não, se é para vender imóvel da Prefeitura, eu quero que todas as empresas, todos os cidadãos tenham o direito a dar o seu lance, porque a Prefeitura tem que arrecadar dinheiro e não só um que vai dar o valor ali e deu. Não, é um leilão que tem que fazer. Por que com outros terrenos eles fazem leilões tranquilamente, muito tranquilo? E nesse não, para essa empresa aqui leilão não, aqui é desafetação. É importante nós estarmos aqui para elucidar a população, para pegar o governo malandro com a boca na botija. O governo é malandro, é esperto, porque ele não quer fazer com esse terreno uma escola. Escola? Nesse terreno? Não, não, não, não, não. Deixa as crianças sem escola, hoje só tem 7 mil crianças sem creche. Creche não interessa, porque o governo malandro não vai na creche. Por que o governo não vai na creche? A creche do governo é outra. É essa aqui. Mas o governo acha que agora é a hora do recreio, que agora é a hora da diversão, hora da patifaria. Eles acham que ganharam a eleição no ano passado é carta branca, cheque em branco. Vende o que quiser do patrimônio da cidade para quem quiser. Sem prestar contas. Mas está aqui, não tem guarida na questão jurídica. Não tem. Se aprovar aqui essa dispensa de licitação para vender o terreno, que não pode, de R\$ 750 mil, que está subvalorizado – ele vale mais, vale mais! –, vão ter que responder lá na Justiça, porque nós vamos entrar e provocar o Ministério Público. Chega! Acabou a brincadeira! Mês de maio: falta creche; o posto de saúde do Orfanotrófio está fechado até agora! Não tem dinheiro para botar na saúde. Pede dinheiro para o governador. Aí vem vender um terreno a preço de banana para uma empresa... É isso aqui que eu faço com o projeto de vocês. Respeitem essa população. Respeitem Porto Alegre.



**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

**Vereador Marcelo Bernardi (PSDB) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que o PLL nº 353/24 seja a quarta matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Bernardi. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 043/24.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente Mariana Lescano. Vossa Excelência está indo muito bem na condução da sessão de hoje, viu?

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada. Vindo do senhor é um elogio enorme.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, a senhora mata a saudade ali na base. Uma pena que a senhora não viu as bobagens que o Jonas Reis disse de novo aqui. É que ele não sabe o que é um tamanho de terreno e muito menos sabe quantos metros precisam para fazer uma escola. Isso que é grave. Ele é professor e não sabe quantos metros quadrados de terreno precisa para fazer uma escola. Passaram-lhe a informação errada, Ver. Jonas Reis. Esse terreno é uma nesga que seria uma rua. E como a rua foi mais estreita, sobrou uma nesga. Uma nesga que a Prefeitura teve que quase implorar pro lindeiro comprar, quase implorar, porque ele não precisa, ele tem um monte de terreno, e aí vem o Ver. Jonas e diz essas bobagens. Eu sei que ninguém dá muita bola para o que ele diz aqui quando ele fala bobagem; às vezes, ele até fala alguma coisa coerente, não que ele tenha razão, mas fala alguma coisa coerente, mas nesta, deste terreno,



olha, ele estava tão desinteressado nesse terreno, que ele nem participou da audiência pública, não quis participar, não quis participar. Isso aqui, Ver. Jonas, o dinheiro arrecadado, que não seria arrecadado, porque esse terreno poderia ficar lá, como uma nesga, esse dinheiro será bem aproveitado nas necessidades da Prefeitura. Então, eu quero dizer aos meus queridos colegas vereadores da base: eu não vou pedir para a oposição votar, se quiser, vota, mas eu não vou pedir isso, vou pedir para os vereadores da base votarem nisso, porque foi um movimento inteligente da Prefeitura se desfazer de uma nesga que não seria aproveitada para nada. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 043/24.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL):** Querida Mariana Lescano, que preside esta sessão, estas muito bem aí, viu? E eu estou matando a saudade de ficar aqui no plenário, enquanto debatedora, para discutir as questões que são tão importantes, querido Idenir Cecchim, para a nossa Porto Alegre. Veja bem, esse projeto do Executivo, que promove a desafetação de uma área que não seria utilizada pelo Município, por ser uma nesga do nada, tipo aquelas estradas que o Lula, a Dilma fizeram, daquelas obras inacabadas, de pontes que ligam nada a lugar nenhum, é essa nesga. E vejam os senhores e as senhoras, essa pauta foi motivo de uma audiência pública, solicitada pelo DCE da PUC, instigado pelo PT, e vejam o interesse da audiência pública que o meu querido vereador do PL, Coronel Ustra presidiu, não tinha uma viva alma, ninguém estava na audiência pública, sabe por quê? Porque, para complicar, essa gente gosta de complicar, para fazer, barrar os projetos que aqui existem na Câmara, são maravilhosos, é manifestação, é grito, é cartaz, é oba-oba; para construir, é zero – PT, PSOL, PC do B, esses puxadinhos que nada fazem e bem pelo contrário, se o senhor tinha interesse nesse projeto, eu gostaria de ver o senhor na audiência pública, nem o PT foi na audiência pública. Ela foi aberta e encerrada, por quê? Para complicar, para gastar o dinheiro público,



está todo mundo aí. Aliás, sabe por que querem votar “não” nesse projeto? Porque eles querem invasão, porque eles querem baderna, porque eles querem anarquia, onde não tem a construção e não tem o progresso. Essa gente que só fala, fala, usa os menores, usa os trabalhadores, usa as pessoas que são mais debilitadas, dizendo que são os salvadores da pátria. Na verdade, são sanguessugas que querem cada vez mais tirar do poder público para dar a ninguém. É aquela gente que gosta de dinheiro, mas carteira do trabalho não é com eles. Então, queridos, é um projeto muito tranquilo, Presidente Mariana, queridos colegas, que tem senso de crítico, senso de justiça, senso de entender como a cidade se movimenta, é um projeto básico; aliás, de vários gravames que existem em Porto Alegre; aliás, que deveriam ser retirados do Plano Diretor, porque eu já fiz, inclusive, uma indicação ao secretário Germano Bremm, que aproveite O Plano Diretor para retirar os gravames, que são aqueles que impedem a cidade de crescer, que impedem a sustentabilidade, que impedem o meio ambiente, exatamente essas coisas que vocês adoram dizer. Se esse projeto é tão importante para o PT, para o PSOL, para o PCdoB, gostaria de saber onde é que estavam os vereadores que deveriam ter entrado na audiência pública. Não estavam, porque gritam, gritam, mas fazer o melhor, nunca. Então, senhores, é “sim” a esse projeto, e bora lá, vamos fazer uma Porto Alegre melhor e maior.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora. Diretor Legislativo, a palavra é sua.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria do Ver. Erick Dênil, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias 20 e 21 de maio de 2025.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Ver.<sup>a</sup> Juliana, a senhora tem a palavra. (Pausa.) Ver. Jessé, aparte. Desculpa, questão de ordem.



**Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento):** Solicito que o PLL nº 179/24, de minha autoria, e o PLL nº 091/25, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mariana, sejam os primeiros dois projetos a serem apreciados na segunda-feira. O da Ver.<sup>a</sup> Mariana é sobre a questão de saúde mental para a Guarda Municipal; o meu é aquele que foi acordado, sobre a questão do treinamento das pessoas para desastres civis.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLE nº 043/24.

**VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT):** Prefeitura de Porto Alegre ou imobiliária? Eu não sei, mas, no último período, a gente tem visto que, na verdade, Sebastião Melo atua muito mais como um corretor imobiliário que entrega o que é de interesse público, o planejamento urbano da cidade, a nossa dinâmica de desenvolvimento para os interesses das grandes incorporadoras, e não para o desenvolvimento inclusivo da cidade. É isso o que a gente tem visto. E esse projeto é apenas mais um da lógica de repassar uma área pública para o setor privado a preço de banana. E o que a gente aponta aqui, o que a gente queria entender é por que esse terreno está sendo entregue para o Zaffari, porque vejam, vejam, a Montalcino – é, a Montalcino – tem lá, nos seus meandros, você vai olhando o organograma e você vai descobrir que, no fundo, ela é mais uma empresa do Zaffari. E aí você tem que se perguntar também por que é que a Prefeitura está entregando esse terreno pela metade do valor que custa um metro quadrado naquela região, Ver.<sup>a</sup> Vera. E eu estou falando do que está disposto no *site* da Prefeitura. A Prefeitura calcula quanto custa o metro quadrado nos terrenos da cidade. E lá, o metro quadrado custa o dobro do valor que vai ser entregue essa área, já com o nome do novo proprietário, que, por sinal, a Montalcino, já colocou os seus nomes lá, a sua marca, nos tapumes de uma obra nesse terreno, que, até o dia



de hoje, ainda é público. É ou não é? Porque a gente não está votando o projeto hoje? Por que é que a Montalcino já está com a sua marca em tapumes nesse terreno que ainda é da Prefeitura? É porque, na verdade, ela sabe que esta Câmara virou agora só um cartório que assina aquilo que o corretor imobiliário Sebastião Melo decide para atender aos interesses das grandes incorporadoras que financiaram a sua campanha e para quem ele vai entregar o nosso Plano Diretor. Eu não estou subindo aqui para falar exclusivamente desse projeto, mas para falar de um modelo de desenvolvimento de cidade. Para nós, é importante que a gente discuta por que aquele terreno não pode virar uma área verde que atue, inclusive, numa perspectiva de atender as comunidades do entorno. Por que é que aquele terreno não pode virar um espaço de arborização, uma praça? Por que é que aquele terreno não pode servir ao interesse público, ao invés de servir aos interesses de uma incorporadora? É por isso que a gente sobe aqui, porque aquele é só mais um exemplo do modelo que nos governa, de uma cidade que está entregue aos interesses do capital imobiliário, porque virou vitrine de modelo ultraliberal de cidade. E ela não serve aos interesses do povo que está aqui hoje. Ela não serve aos interesses daqueles mesmos que vieram nesta Casa hoje porque estão sem água desde o início do ano e reivindicam aqui que o DMAE continue sendo público, porque nas suas ocupações – a Ver.<sup>a</sup> Nádia estava nesta tribuna falando sobre as ocupações –, porque nas suas ocupações não tem água e aqui eles lutam pelo DMAE público porque eles precisam viver em ocupação, porque essa Prefeitura não faz política de habitação social. Essa mesma Prefeitura que entrega tudo para os mais ricos e que não entrega nada para os mais pobres, e é por isso que nesse momento, nessa cidade, morar continua sendo um privilégio de poucos, e por isso ocupar continua sendo o direito da maioria que está aqui nesse plenário, inclusive, que eu conheço, que vive em ocupação, que lutam, trabalham um dia inteiro para colocar comida na mesa porque a Prefeitura não tem política de habitação social. Tudo isso é parte de um mesmo projeto: tudo para quem paga as campanhas do prefeito Sebastião Melo e nada para os trabalhadores, para a população da periferia de



Porto Alegre. Vende água, vende área pública, vende terreno e transforma tudo em mercadoria nesse grande balcão de negócios que virou o Paço Municipal.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora. Questão de ordem, Ver.<sup>a</sup> Tanise?

**Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB) (Requerimento):** Presidente, eu queria solicitar que, conforme o nosso espelho de hoje, aqui pela ordem, o número 15 é um projeto meu, PLL nº 089/23, que pudesse ser incluído na segunda-feira como terceiro da ordem, depois do projeto do Ver. Jessé e depois do seu. Obrigada.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 043/24.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde, colegas vereadores. Eu não ia subir na tribuna para discutir esse projeto, até porque boa parte das decisões que a gente tem aqui na Câmara dos Vereadores são tidas antes mesmo de iniciar a votação. Então, parece que subir aqui na tribuna, trazer argumentos técnicos, científicos, o apelo popular, isso não muda voto de vereador. Infelizmente, desde que eu estou aqui enquanto vereadora, em 2018, cada vez mais se reitera esse espaço enquanto espaço de legitimar negociações, contratos que são feitos antes mesmo de iniciar a votação. Então, isso é a democracia brasileira. Eu posso vir aqui debater, trazer argumentos, não vai mudar o voto dos vereadores da base do governo. A audiência pública é mais um instrumento protocolar para dizer que ouviu a opinião da população. Então, eu faço coro com as pessoas mesmo que estão cada vez mais esvaziando esses espaços ditos democráticos, porque a gente vem, se mobiliza, estuda, se articula e no final os projetos são votados com a mesma



iniciativa que foi protocolada. Então vamos parar com essa palhaçada democrática de dizer que alguém muda voto de parlamentar a partir das narrativas. Mas eu acho importante subir na tribuna para denunciar esse projeto de lei e questionar qual é o problema do governo Melo em seguir as leis das licitações, um governo que recentemente virou notícia nacional pela corrupção na pasta de educação, justamente pela compra de materiais didáticos para a educação, dispensando a licitação, e novamente trouxe um projeto de lei aqui para a Câmara, nitidamente ilegal, quer vender para um proprietário do terreno dos fundos, a parte da fachada do terreno, sem nenhum tipo de consulta do interesse público em relação aos imóveis que estão sendo vendidos. Eu tenho mapeado mais de 20 imóveis que estão para serem leiloados na cidade de Porto Alegre. A Ver.<sup>a</sup> Grazi Oliveira estava me perguntando: Karen, tu sabes onde fica esse terreno? Eu não faço a mínima ideia de onde fica esse terreno. Eu questiono os vereadores que vão se posicionar favoráveis a esse projeto, se sabem onde é que fica esse terreno, que sabe o valor venal desse terreno. Porque, na verdade, a gente está votando aqui de olhos fechados para o interesse público e, complementando junto a isso, uma ilegalidade, porque pelo valor que está sendo previsto a venda diretamente para um proprietário, não sabia a informação que a Juliana trouxe aqui, que é de um grupo vinculado ao grupo Zaffari, um dos grupos aí dos proprietários, dos maiores financiadores da campanha do governo Melo - não sabia dessa informação, Ver.<sup>a</sup> Juliana -, mas isso precisa ser denunciado. A nossa população precisa que esses imóveis estejam primeiramente disponíveis para os interesses públicos, sociais, populares. A gente fala, está precisando de sede para conselheiro tutelar. A Ver.<sup>a</sup> Atena estava falando recentemente, quer usar a Escola Rio Grande do Sul para fazer abrigagem das pessoas em situação de rua para a Operação Inverno. A gente tem uma lista de imóveis, e isso que a Juliana falou também, a Ver.<sup>a</sup> Juliana, tu abres o *site* da Prefeitura, Secretaria de Administração e Patrimônio, virou uma imobiliária, os imóveis públicos da cidade estão à venda, a população nem sabe aquilo que está sendo vendido, não tem nem o poder de questionar aquilo que está sendo



vendido. Que sabe-se de: não, eu acho que aqui no meu bairro a prioridade é uma praça... Eu acho que aqui no meu bairro a prioridade é uma escola de educação infantil... Não, a prioridade aqui é um CRAS, é um CAPS. Porto Alegre vem vendendo todos os espaços públicos com interesses particulares de financiadores de campanha, negando leis municipais, leis federais, como a lei da licitação e isso precisa ser denunciado, colegas vereadores. Eu convido vocês a ter um posicionamento crítico, não vou votar contra, muito difícil se posicionarem contra o governo Melo, inclusive com a quantidade de cargos remunerados que cada um tem dentro dessa gestão. Mas pelo constrangimento, porque também é uma decisão nossa, enquanto oposição, entrar na justiça ou não para evitar a venda desse imóvel. Nosso mandato fez isso com a sede da Epatur, que eles iam vender por R\$ 7 milhões, aquele baita daquele terreno, sem laudo estrutural que justificasse a venda, e nós vencemos na justiça. Então cabe a nós, enquanto oposição, decidir se a gente vai judicializar ou não esse processo. Mas fica o convite e o constrangimento aos vereadores da base do governo, não façam vistas grossas para a venda da nossa cidade. A nossa cidade vale muito, a gente precisa desses imóveis para qualificar a estrutura pública, que a população está nos demandando qualificação da nossa estrutura pública. Não adianta seguir vendendo, como se fosse uma grande imobiliária, para a construção civil, imóveis que muitas vezes não são nem para moradia, porque Porto Alegre não tem problema de moradia, a gente tem mais de 110 mil imóveis vazios nessa cidade...

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereadora.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Então a gente segue desmatando, construindo, à revelia da população. Está errado, isso precisa ser denunciado, colegas vereadores.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 043/24.



**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Presidente Mari Lescano, meus caros colegas, eu quero debater esse assunto bem a sério mesmo, com vocês da oposição aqui, com a esquerda, iniciando, inclusive, com todo o respeito aqui à Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, com quem eu tenho muitas divergências, já tivemos grandes debates, mas sei que é uma pessoa muito razoável.

Vereadora, só para que a senhora possa corrigir em próximas falas, a senhora falou aqui que os donos do grupo Zaffari são doadores de campanha. É importante constar que há bons anos atrás, algumas décadas atrás, realmente havia membros da família que é mantenedora, que comanda o Grupo Zaffari, que realizava doações de campanha, inclusive para o PT. Agora, de alguns anos para cá, devido ao *compliance* da empresa, qualquer pessoa integrante do grupo de direção, qualquer pessoa que tenha vínculo com a administração da rede Zaffari, não pode, pelo próprio *compliance* da empresa, realizar qualquer tipo de financiamento eleitoral. Então, é importante colocar isso com clareza também, para que a gente não incorra aqui numa injustiça nesse ponto específico.

Com relação ao caso concreto, objetivo do terreno aqui, meus amigos, um terreno abandonado causa muito mais ônus para a cidade, um terreno não utilizado causa muito mais ônus à cidade do que um terreno que tem algum tipo de utilização, seja ele pelo privado, seja ele pelo próprio público. Porém, tanto a Juliana quanto a Karen colocaram aqui que a Prefeitura não pode ser uma imobiliária, e eu concordo com vocês. A Prefeitura de Porto Alegre não pode ser uma imobiliária e justamente por isso a Prefeitura de Porto Alegre e todos os outros entes federados tem que se livrar o mais rápido possível de qualquer tipo de imóvel, de qualquer tipo de ativo para que, justamente, não sejam os governantes, os políticos, as pessoas que entram e saem dos governos os responsáveis por fazer gestão patrimonial. Não cabe ao Estado, *lato sensu*, não cabe aos governos fazer gestão de patrimônio imobiliário. Isso não é função de político, isso não é função de gestor público; isso é função da iniciativa privada, a iniciativa privada que vai fazer gestão imobiliária. Quando



nós mantemos dentro da máquina pública, da estrutura pública, um número absurdo de imóveis... Absurdo tanto que inclusive a própria Prefeitura não é capaz de dizer quantos imóveis possui. Isso aqui o líder do governo pode me atestar, a Prefeitura de Porto Alegre não sabe quantos imóveis tem, nunca soube, nem nos 16 anos da Frente Popular, nem no Fogaça, nem no Fortunati, nem no Marchezan, nem no Melo, a Prefeitura de Porto Alegre não sabe, não conhece seu patrimônio, porque é incompetente para isso. Não os gestores incompetentes; a máquina pública é incompetente para fazer gestão patrimonial. E em algumas falas aqui foi colocado e aí se ampliou um pouco o debate, o tema com relação a essa visão de Estado, essa visão de mundo que nos é divergente, que se diz que muitas vezes não se tem interesse social nesse tipo de processo. Eu quero lembrar a todos vocês aqui sobre o loteamento Barcelona. Vocês conhecem a realidade do loteamento Barcelona, eu conheço a realidade do loteamento Barcelona, na Vila Farrapos, no Humaitá, vocês conhecem essa realidade. Nós tínhamos um prédio aqui, o imóvel da antiga Secretaria de Obras e Infraestrutura, obras e viação, a SMOV, depois virou SMOI – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura –, aqui na Borges de Medeiros, um terreno avaliado se eu não me engano em R\$ 40 milhões, área nobre. O que a Prefeitura vai fazer com aquele prédio que os próprios servidores da secretaria entravam com denúncias após denúncias dentro dos órgãos competentes, dizendo que aquele prédio não podia mais ser ocupado, não se podia trabalhar lá dentro? O prédio teve o princípio de incêndio, não tinha PPCI, os elevadores não funcionavam, a elétrica não funcionava, o ar-condicionado não funcionava, enfim, o prédio era um caco. Se parou de ter atividade ali. O que a Prefeitura vai fazer? Vai gastar para reformar aquele imóvel? Evidentemente que não. Qual é que foi a gestão? A administração, pensou o quê? “Olha, vamos pegar, se livrar desse terreno, vender ele, fazer um leilão efetivamente, quem oferecer mais leva e com o dinheiro nós vamos construir casas populares para o povo do loteamento Barcelona.” Sabe o que aconteceu? Sabe o que aconteceu? Entraram na justiça, TRF4. Teve uma decisão. Inclusive a ex-vereadora desta Casa e



deputada estadual e presidente do PT de Porto Alegre ontem fez uma crítica sobre uma decisão judicial, dizendo que o juiz hipoteticamente não teria competência para fazê-lo porque foi CC do Partido Novo por um tempo na Assembleia, antes dele ser juiz. Bom, quem deu essa decisão também foi CC do Tarso Genro, é o Favreto, que está hoje lá no TRF4. Eu não quero crer e não creio que tenha sido uma decisão política, porém está errada, na minha avaliação, com toda a vênia ao magistrado, está errada a sua decisão porque nesse ponto aqui a gente precisa ter entregas reais para a cidade, para o social. E se a venda do imóvel entrega isso, bom, cabe a nós aqui, vereadores, que a gente faça esse encaminhamento. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

O Ver. Yuri Ferrer está com a palavra para discutir o PLE nº 043/24.

**VEREADOR YURI FERRER (PDT):** Eu começo dizendo que vou apoiar o projeto, vou votar a favor. E eu acho interessante a gente fazer uma breve reflexão sobre o que é área pública e área de interesse público. Porque tem momentos em que a gente vê áreas que não são tão interessantes, que ficam abandonadas, viram locais de descarte, de lixo, entre outras situações, que a Prefeitura realmente não consegue ocupar. Então, se ela for ocupada para algo positivo, que movimente a economia, que traga algum retorno para a sociedade, eu não vejo problema. E eu fui olhar o caso em tela, o caso específico, e eu realmente não achei que é algo relevante, que precisa ser barrado, que tenha que ter alguma complicação. É quase que um ajuste de algo. Não é uma área que vai virar um posto de saúde, não é uma área que vai virar uma escola, que vai poder ser aproveitada. Tenho muitas críticas em relação a dessas áreas, inclusive a área da Maxi Gás, que é uma creche que foi demolida, o terreno está lá abandonado, está criando mato, está virando área de descarte, área de invasão, e, nesses eu teria o maior prazer de ir contra. Inclusive, a praça onde a Maxi foi prometida, que deve ser reconstruída e ainda não foi, eu teria maior disponibilidade de discutir inúmeras situações.



Mas nesse caso em específico, eu não consigo ver algum impeditivo, algo que realmente prejudique o interesse público. Eu não vejo o interesse público estar sendo ferido neste momento. Então é por isso que, da nossa parte, a gente é favorável. Obrigado.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Obrigada, vereador.

Não há ninguém para encaminhar. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 043/24. (Pausa.) Algum vereador não conseguiu votar? (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Conforme o requerimento aprovado, passaremos ao número 8 da lista. (Procede à leitura da ementa do PLE nº 015/25.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Sra. Presidente e Sr. Diretor Legislativo, esse nós estamos fazendo um acordo com a oposição, vamos aceitar a emenda sobre os permissionários. Então, nós poderíamos votar esse projeto por aclamação.

**PRESIDENTE MARIANA LESCANO (PP):** Um minutinho que a emenda está entrando. Enquanto isso, eu vou agradecer ao pessoal da revista VIP RS, que está ofertando a edição de junho para a Mesa Diretora, uma revista muito importante para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigada à revista VIP RS por este presente, ficamos muito felizes.

Em discussão o [PLE nº 015/25](#). (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Caros colegas, quem aqui não tem orgulho do nosso Mercado Público? Quem aqui não valoriza aqueles homens e mulheres que empreendem lá dentro dia e noite? Pois é, a favor deles, que



foram tão atingidos na enchente, que perderam estoque, que tiveram prejuízos incalculáveis, que nós gostaríamos de encaminhar, de discutir esse projeto e de pedir que os colegas votem a favor. Os permissionários precisam de uma ajuda, precisam de fôlego neste momento. O aluguel, no Centro, a gente sabe que é um dos mais caros proporcionalmente e o IPTU também acompanha. O que o projeto pretende é que a gente tenha uma redução do valor do IPTU para aqueles que foram atingidos pela enchente, e isso é absolutamente necessário, Ver. Cecchim, nosso líder do governo. Então, olhem para esse projeto com carinho, porque nós precisamos ajudar quem está lá defendendo tradição, cultura, fazendo o melhor da nossa gastronomia no Centro de Porto Alegre. Eles vieram até nós várias vezes pedir que esse projeto tivesse uma tramitação rápida, e esse projeto, infelizmente, demorou demais para chegar neste momento de votação. Esse é um projeto que nós deveríamos ter votado e aprovado já desde o início do ano. Lá em fevereiro, esse projeto já deveria ter sido aprovado. Mas está conosco agora, está na priorização. Nós conseguimos inverter a ordem de votação para que ele pudesse ser debatido, ser encaminhado, e eu agradeço aqui a possibilidade de poder encaminhar, de poder debater esse projeto, porque o considero primordial para a saúde econômica de todos aqueles que trabalham no Mercado Público de Porto Alegre. São centenas de pessoas, de famílias, que estão diretamente ligadas aos permissionários, que fazem com que, todos os dias, da manhã até a noite, o Mercado possa oferecer o que tem de melhor para nossa cidade.

Já que eu estou falando do Mercado Público, venho aqui só para mostrar para os nossos colegas que, naquele acordo feito lá atrás com o prefeito Melo, os permissionários aceitaram, depois de muitas reivindicações, abrir aos domingos em formato de rodízio. E, hoje, o Mercado funciona aos domingos em formato de rodízio, com uma contrapartida que eles solicitaram para a Prefeitura de Porto Alegre, da garantia do reforço da segurança pública aos domingos, para que as pessoas possam frequentar tranquilamente o Mercado em um dia em que, obviamente, o Centro de Porto Alegre fica mais vazio, colega Ver.<sup>a</sup> Vera Armando.



E a Guarda Municipal, através da Secretaria Municipal de Segurança, está fazendo a sua parte. O secretário adjunto Rafael Oliveira esteve lá conversando com os permissionários e está fazendo um trabalho de reforço na segurança do Centro aos domingos, para que as pessoas possam ter a segurança de ir ao Mercado Público, de consumir, de almoçar lá, de ficar até mais tarde, sem correr o risco de, no caminho até o seu carro, serem assaltados ou terem qualquer tipo de problema.

Então, a gente vem aqui pedir, com muito carinho, em relação ao Mercado Público, que os colegas hoje possam aprovar esse projeto, que tira um peso das costas dos permissionários, que dá fôlego para que eles possam trabalhar com um pouco mais de segurança financeira. Muito obrigada.

(O Ver. Tiago Albrecht assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Nós é que agradecemos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth.

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra para discutir o PLE nº 015/25.

**VEREADOR CORONEL USTRA (PL):** Boa tarde, Presidente Tiago Albrecht. Boa tarde, colegas vereadores. Também queria cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, que presidiu a sessão até o presente momento – início estava conturbado, agora está um pouco mais tranquilo –, e parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano pela condução. Queria já dirigir a palavra à Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. Agora fui falar, ela saiu daqui, mas já desejar para ela sorte, sucesso, muitas felicidades à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Conte comigo, aguardo teu retorno aqui, minha colega na bancada do PL e minha colega no plenário. Então, tenho certeza que fará uma grande gestão à frente dessa pasta muito importante para a Prefeitura de Porto Alegre e para a nossa cidade. Aproveitando para parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth por esse projeto. Quem não conhece o Mercado Público e quem não frequenta o Mercado Público de Porto Alegre? Então, eu venho aqui também para me



dirigir aos permissionários do Mercado Público, que são conhecidos como mercadeiros. São aproximadamente 130 que, durante as enchentes, passaram por esse grave problema. Nós tivemos o apoio e a contribuição de inúmeras empresas, dentre elas, eu gostaria de destacar aqui a empresa Stihl, que um dos meus primos-irmãos é um dos diretores dessa empresa, em São Leopoldo. Uma grande empresa aqui no Brasil, que fica em São Leopoldo e que contribuiu também para a recuperação daquele local, que é o Mercado Público da nossa cidade. Nós conversamos com os mercadeiros que perderam, em grande parte, as suas mercadorias, tiveram um grande prejuízo, e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth teve essa sensibilidade de trazer esta pauta aqui para a Câmara de Vereadores. Eu já adianto que sou favorável, votarei a favor e, com certeza, trará grandes benefícios aos mercadeiros, que tiveram inúmeros prejuízos durante as enchentes. Eles já sofrem também com a questão da segurança, o Centro Histórico de Porto Alegre, o entorno do Mercado Público, é um dos locais de maior insegurança na nossa cidade, principalmente no que tange a pequenos furtos, como roubo de celular, roubo de correntinha, assalto à carteira, principalmente a pessoas mais idosas. E essa questão que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth coloca aqui vai trazer esse benefício, vai desafogar um pouco os mercadeiros, que poderão transmitir isso ao consumidor final, prestando o melhor serviço, com mais mercadorias e, com certeza, vai trazer um benefício para os frequentadores e para toda a nossa cidade.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu apoio, os meus parabéns à Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, minha colega do PL, e deixo aqui registrado para que chegue aos mercadeiros – tenho muitos amigos mercadeiros no Mercado Público – o meu apoio e a minha continência a esses grandes e bravos guerreiros que durante todo o dia chegam cedo, às 5h da manhã, já estão abrindo mercado, vão embora tarde. Por solicitação do prefeito Melo, abrem aos domingos agora. E a gente sabe que abrir aos domingos tem falta, às vezes, de servidores, o garçom que não pode comparecer, e isso aí causa um custo elevado para esses mercadeiros, e esse projeto aqui vai ajudá-los. Então, fica aqui o meu apoio e, mais uma vez, os meus parabéns a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. Conte



comigo, lá na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, estarei aqui para te apoiar e, com certeza, daqui a alguns meses, vamos te aguardar de braços abertos aqui na Câmara de Vereadores, para que você possa continuar aqui o teu mandato que foi outorgado pelo povo de Porto Alegre. Muito obrigado, um grande abraço, Fernanda Barth.

**PRESIDENTE TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Obrigado, Ver. Coronel Ustra. A Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLE n° 015/25.

**VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT):** Colegas, eu subo aqui para falar sobre a importância desse projeto em defesa do nosso querido Mercado Público de Porto Alegre. Mercado Público, que é um símbolo da nossa cidade, que é um símbolo cultural, patrimonial, que é um símbolo, Ver.<sup>a</sup> Karen, dos nossos povos de matriz africana, da nossa luta em defesa daqueles permissionários que, além de terem sido atingidos pela enchente nos seus negócios, nos seus empreendimentos lá no Mercado Público, muitos foram também atingidos nas suas residências. Eu queria lembrar aqui que muitas e muitos dos permissionários moram nas ilhas, onde também tiveram as suas moradias destruídas, e passaram ali, no ano passado, pela maior tragédia climática da nossa história, perdendo tanto a sua perspectiva de moradia como os seus negócios. Então, esse projeto tem uma dimensão muito importante no sentido de reconstrução econômica das áreas atingidas pela enchente na nossa cidade. O nosso mandato tem se dedicado muito a esse tema. Eu quero convidar, inclusive, todos os vereadores e vereadoras desta Casa para comporem a nossa frente parlamentar pela reconstrução econômica dos bairros atingidos pela enchente e das áreas atingidas pela enchente na nossa cidade. Nós vamos lançar essa frente justamente no Mercado Público, agora no mês de junho, estão todos convidados, porque lá, Ver. Marcos, é um símbolo daquilo que a gente fala que é mais importante, não só reconstruir a nossa infraestrutura urbana, mas reconstruir a vida das pessoas. E os permissionários e permissionárias do Mercado Público, hoje, estão atentos à



posição desta Casa para que possam se reerguer. Os impactos da enchente ainda seguem para os trabalhadores e trabalhadoras do Mercado Público, para os permissionários que estão lutando arduamente para retomarem os seus faturamentos. Os impactos seguem numa dimensão tão grande quanto foi a da pandemia, que já havia os atingido. Por isso, o nosso mandato também apresentou a emenda aqui para que não seja cobrada multa ou juros das parcelas dos meses subsequentes à enchente que serão pagas em atraso pelos permissionários, porque essa é uma medida complementar à isenção para que a gente possa assegurar, líder do governo, Ver. Cecchim, que de fato todos os negócios do nosso querido Mercado Público possam se reerguer, estar forte, inclusive auxiliando na dinamicidade da economia da nossa cidade. Eu agradeço aqui a unidade que a gente vai construir nesse tema, acho que é muito importante, não tenho dúvida que todas e todos os vereadores aqui desta Casa sabem da importância do nosso mercado, sabem da importância da gente ter políticas públicas e atuar no sentido da reconstrução econômica daqueles e daquelas que perderam tudo ano passado nessa tragédia que poderia ter sido evitada. Então, muito obrigada! A nossa bancada do PT, a bancada da oposição fica feliz que a gente possa construir uma grande unidade nesse sentido aqui que nos é comum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira e da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, ao PLE nº 015/25.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 015/25.

(O Ver. Alexandre Bublitz assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 015/25. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.



**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP):** Quero falar rapidamente, nem vou usar todo o meu tempo. Eu acho que a nossa bancada, a bancada do Partido Progressista, vai votar favoravelmente esse projeto, tendo em vista que nós somos sempre favoráveis que a gente dê condições para que as pessoas possam trabalhar. Eu acho que é muito importante essa liberdade econômica e quando o governo vem aqui reconhecer que quem tem Termo de Permissão de Uso - TPU, aqueles permissionários de TPU, que são não só do Mercado Público, mas todos aqueles que utilizam espaços públicos que tiveram, foram atingidos pela enchente de 2024, tem uma concessão de um desconto, nós não temos como votar diferente de votar favoravelmente; aqui se falou muito no Mercado Público, mas não é só o Mercado Público, são várias empresas que estão utilizando esses espaços públicos que trabalham, que tem TPU - Termo de Permissão de Uso, de forma onerosa, que já pagam à Prefeitura, valores, muitas vezes valores altos para utilizar espaços. Então, é uma lista grande de empresas; nós concordamos plenamente com esse desconto para que essas empresas tenham desconto de 50%, aqueles que foram atingidos diretamente; os indiretamente, 20%. Até acho pouco, acho que eles não deveriam pagar nada, porque o que significa ficar um mês ou dois meses sem poder trabalhar. A gente sabe, o empreendedor, empreendedores médios, pequenos empreendedores, o quanto é difícil pagar a sua folha de pagamento, pagar seus impostos, pagar seus aluguéis e, nesse período, tiveram pouca ajuda os nossos empreendedores da cidade de Porto Alegre. E não estou aqui só elogiando a atitude de dar esse desconto, mas dizer que eu ainda acho que esse desconto é pouco. Sei que o Município também não tem recursos para mais do que isso, mas, infelizmente, o governo federal – o governo que diz ajudar os pequenos, os médios, os trabalhadores – não ajudou; não teve nenhuma forma de financiamento para essas empresas. Então o mínimo que nós podemos fazer é reduzir os impostos, porque nós sabemos muito bem que, na época da pandemia, as empresas tiveram auxílios, vários auxílios do governo federal, quando não tinham recurso para pagar a folha de pagamento,



tiveram financiamentos, e, agora, na enchente esses recursos não chegaram aos empreendedores. Os empreendedores, que são aqueles que geram emprego, que pagam seus impostos, que garantem a vida da cidade, não tiveram ajuda do governo federal na questão de receber ajuda, inclusive, para pagar os salários dos seus trabalhadores. Então, nós aqui vamos fazer um pouquinho de justiça e não cobrar o imposto dessas pessoas. Então, 50% de redução no IPTU para aqueles que foram atingidos diretamente e 20% é o mínimo que a cidade pode fazer por aqueles que não conseguiram trabalhar pela questão da enchente e que não tiveram o apoio que deveriam ter tido por parte do governo federal e do governo estadual quanto a dar recurso, ajudar eles a pagarem os seus trabalhadores; tiveram que pagar os seus funcionários sem poder exercer. Quando fala “ah, eles ficaram fechados, não receberam”, é muito mais do que isso; a pequena, a média empresa, a grande empresa que não trabalhou, ela tem que pagar os seus funcionários, ela não começa do zero. “Agora, vai começar do zero, porque teve a água, atingiu, perdeu tudo”. Ela perdeu tudo, mas ela tem que pagar o fornecedor. Na grande maioria das vezes, esse empreendedor, que tinha lá o seu estoque, aquele estoque estava lá, ele comprou financiado, ele tinha que pagar, ele tem que vender para pagar o fornecedor, e ele não conseguiu vender, porque ele perdeu a sua mercadoria. Então, o empreendedor, além de ter perdido, de não poder exercer a sua atividade, ele teve que pagar os seus funcionários; teve que, muitas vezes, pagar o aluguel na cidade e ainda tem que pagar fornecedores. Então, quando se diz que um empreendedor, um empresário que perdeu tudo na enchente vai começar do zero, é mentira. Ele começa devendo, porque ele ainda tem que pagar os seus fornecedores. Então, dar uma contribuição de não cobrar 50% do imposto é pouco perto do que o empresário deveria ter recebido de ajuda, principalmente do governo federal, que é onde tem o dinheiro, que não ajudou os empresários a retomarem as suas atividades, gerarem emprego e pagarem impostos. Então, vou votar favorável, a bancada do PP vai votar favorável, e é o mínimo que nós podemos fazer pelos empreendedores, aqueles que pagam imposto e geram renda na nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.



**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Obrigado, vereador. Mais alguém para encaminhar? Não havendo ninguém para encaminhar, encerro a discussão. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 015/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLE nº 015/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Jessé Sangalli (PL):** Boa tarde. Convido os vereadores aqui do PP, do Novo, Cidadania e PL para virem à frente por favor. Ver. Mauro Pinheiro... se puderem. (Pausa.)

**Vereadora Fernanda Barth (PL):** Enquanto os colegas pensam e refletem sobre a vida, eu gostaria de reiterar o convite para a posse, no Instituto Caldeira, às 11h da manhã de segunda-feira, dia 26. Gostaria de poder contar com a presença de todos os 35 vereadores e assessorias nesse momento tão importante. Obrigada. (Palmas.)

**Vereador Jessé Sangalli (PL):** Então, Presidente, nesse momento, e eu vou querer que cada líder fale também pelo seu partido, mas a direita aqui de Porto Alegre, da Câmara de Vereadores, decidiu formar um bloco para traduzir num bloco de representação aquilo que já tem dentro do Parlamento, que é essa parceria entre os partidos Novo, Partido Progressista, Partido Liberal e Cidadania. Óbvio que é aberto para outras agremiações que queiram se somar também, mas a ideia nossa, hoje, é formalizar esse bloco da direita aqui na Câmara de Porto Alegre. Vou passar para outros vereadores do bloco também poderem se manifestar. (Palmas.)

**Vereador Ramiro Rosário (NOVO):** Presidente Bublitz, meus caros colegas, muito importante a formação deste bloco da direita na cidade de Porto Alegre,



na Câmara de Vereadores. Nós temos lado, o nosso lado é a favor do empreendedorismo, do emprego e renda, do social, que a gente consiga avançar na cidade. Eu fico muito feliz em, junto ao Novo, com o meu querido colega de partido, Tiago Albrecht, agora de forma oficial também, cada vez mais estar ao lado de vocês, do PL, o Partido Liberal, do PP, o Partido Progressista, e do Cidadania, Marquinhos, para que a gente possa, juntos, fortalecer ainda mais as nossas convicções aqui. Este será um bloco com 10 vereadores inicialmente, é um grande bloco e certamente a gente vai conseguir deixar a nossa marca ainda mais na cidade de Porto Alegre. (Palmas.)

**Vereador Mauro Pinheiro (PP):** Bom, só para registrar, este bloco, na verdade, o bloco liberal, como nós chamamos, já existe na Câmara de Vereadores desde a legislatura passada de forma informal; nós começamos a discutir pautas que eram de acordo com estes vereadores, alguns vereadores que já estavam na legislatura passada, construímos um bloco e, neste bloco, a gente sempre discutiu projetos para a cidade, projetos com os quais nós concordávamos e para os quais trabalhávamos em conjunto. Então, agora que chegaram outras pessoas, o Marcos Felipi, a Vera, a Mariana Lescano, o Coronel Ustra, e, antes mesmo de começar a legislatura, este bloco já se reunia no grupo do WhatsApp, que é onde as coisas acontecem, já discutíamos projetos e, ideologicamente, somos mais próximos um ao outro, e a gente tem feito já este debate dentro deste grupo e, no dia de hoje, um dia marcante em que nós estamos oficializando a existência do bloco da liberdade. Então, continuamos trabalhando pela nossa cidade de forma, ideologicamente, juntos. (Palmas.)

**Vereador Marcos Felipi (CIDADANIA):** Com muito orgulho, também faço parte deste bloco, bloco da direita ou também bloco da liberdade. Agradeço o vereador Ramiro, que, logo que assumi aqui na Câmara, me convidou para fazer parte do grupo. Já acontece, defende os valores que eu acredito e, hoje,



a gente está formalizando esta aliança aqui para o bem da cidade de Porto Alegre. Então, muito obrigado e vamos em frente. (Palmas.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Presidente, já que nós estamos em fase de blocos, na segunda-feira, anunciaremos um grande bloco: MDB, Republicanos com o Podemos, com o PSDB, o PSD também.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da ementa do PLL nº 353/24.)

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Em discussão o [PLL nº 353/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 353/24. (Pausa.) (O painel está aberto.)

**Vereador Hamilton Sossmeier (PODE):** Pessoal, enquanto o pessoal está registrando os votos, eu quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth que estará assumindo a secretaria, desejando sucesso a ela e que ela possa retornar em breve depois de ter cumprido essa missão. Obrigado.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Também, em nome do Partido Novo, meu líder Ramiro e eu parabenizamos a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, agradecendo a secretária Rosani, e que a Fernanda Barth possa ser muito abençoada, há muito o que fazer pela prosperidade de Porto Alegre. Conte com o Partido Novo.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O painel está aberto para acolher os votos do projeto de título do Ver. Marcelo Bernardi.



**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Algum vereador não conseguiu votar? Todos os vereadores votaram? Registramos o voto. Registre seu voto. Eu voto “sim”. Fechada a votação. **APROVADO**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, eu vou pedir para registrar o voto do Ver. Alexandre Bublitz, que votou “sim”, registrar o voto da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, também é voto “sim”. Vinte e oito votos, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Agora sim, com 28 votos **SIM**, está **APROVADO** o projeto.

**Vereador Marcelo Bernardi (PSDB):** Presidente, gostaria de agradecer, então, esse título tão importante para o Sr. Aldronei, superintendente da Polícia Federal, aqui, e com certeza significa muito para esta Casa, que com certeza trabalha de forma correta e trabalha conforme a legislação e a lei. E será muito importante esse título para essa pessoa que também trabalha muito pela lei e o que é certo. Muito obrigado, gente.

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Parabéns pela aprovação.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente em exercício, Ver. Alexandre Bublitz, eu peço verificação de quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vereador Pedro Ruas, podemos só fazer rapidamente os pregões da Ordem do Dia? Pregões finais.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Pois não, claro.



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 2 ao PLL nº 179/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº PLL nº 179/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Há um requerimento de vários vereadores, e eu atendo, de deixar para depois do próximo projeto, que é o do DEMHAB, o meu pedido de verificação de quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito. Vamos prosseguir no pregão das matérias da Ordem do Dia.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro e da Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, ao PLL nº 091/25.

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 091/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Presidente, questão de ordem. Eu peço a paciência de V. Exa., eu renovo, porque houve um equívoco na informação, o pedido de verificação de quórum, por favor. Obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro pedindo votação em destaque para essa emenda.



Aprego, por fim, requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário pedindo a votação em destaque para a Emenda nº 07. Eram esses os pregões da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE ALEXANDRE BUBLITZ (PT):** Solicito a abertura do painel para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatro vereadores presentes. Não há quórum.  
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h30min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

Texto sem revisão